

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-EDUCACIONAL DOS ASSENTADOS RURAIS DA
COMUNIDADE DE VILA NOVA, SANTA ROSA DO SUL - SC E A
PARTICIPAÇÃO DO IFECTC - CAMPUS DE SOMBRIO.**

ADALBERTO REINKE

2009

370.91734

R364d

T

Reinke, Adalberto, 1954-.

Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio / Adalberto Reinke - 2009.
72 f.: il.

Orientador: Canrobert Penn Lopes
Costa Neto.

Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 65-67.

1. Educação rural - Teses. 2. Educação - Aspectos sociais - Teses. 3. Comunidade - Desenvolvimento - Teses. I. Costa Neto, Canrobert Penn Lopes, 1955-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
EDUCACIONAL DOS ASSENTADOS RURAIS DA COMUNIDADE DE
VILA NOVA, SANTA ROSA DO SUL - SC E A PARTICIPAÇÃO DO
IFECTC - CAMPUS DE SOMBRIO.**

ADALBERTO REINKE

Sob a orientação do Professor
Dr. Canrobert Costa Neto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

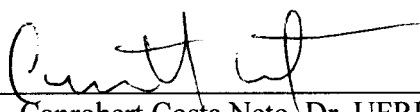
Seropédica, RJ
Setembro de 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

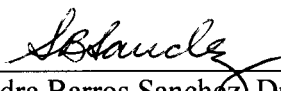
ADALBERTO REINKE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

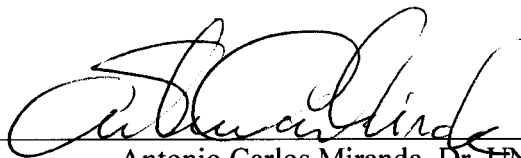
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11 de novembro de 2009.



Canrobert Costa Neto, Dr. UFRRJ



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Antonio Carlos Miranda, Dr. UNIPLI

A Elisabeta, Elisberto e Adalisa, minhas
motivações.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, pela viabilização destes estudos em nível de pós-graduação.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela seriedade do trabalho que desenvolve em suas pós-graduações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, na pessoa de seus coordenadores, Professores Gabriel Araújo Santos e Sandra Barros Sanchez, pela coragem, determinação e dinamismo com que conduzem o programa, permitindo que a Educação Profissional e Tecnológica brasileira se discuta e se renove a cada turma do PPGEA.

Aos familiares e amigos, pela compreensão nas ausências típicas da pós-graduação.

Aos meus colegas de turma pela amizade e companhia em todos os momentos.

“O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes”. (Cora Coralina)

RESUMO

REINKE, Adalberto. **Diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio**. 2009. 72 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

Nosso objetivo geral foi diagnosticar a comunidade de Vila Nova, no Município de Santa Rosa do Sul - SC, em termos sócio-educacionais; e os objetivos específicos foram: realizar o levantamento das necessidades da comunidade, identificar as possíveis questões que impeçam ou inviabilizem o desenvolvimento local e subsidiar futuras ações de desenvolvimento da comunidade. A comunidade de Vila Nova, próxima à instituição, foi a área escolhida para ser diagnosticada, nesta Dissertação, por ser uma comunidade muito carente e que busca a melhoria de vida dos assentados rurais ali estabelecidos. É apenas de maneira participativa e dialógica que a instituição de ensino pode se propor a apoiar a comunidade a enfrentar os seus problemas da forma mais adequada à sua realidade particular. A pesquisa participante contribui diretamente para a resolução de problemas de interesse coletivo. As famílias do assentamento rural de Vila Nova e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio são os protagonistas. Sessenta e seis famílias residem no assentamento de Vila Nova, distribuídas numa agrovila, onde ocupam um pequeno lote urbano que é destinado também para o cultivo de hortaliças e a criação de pequenos e médios animais para subsistência. Os lotes rurais, com área média de dez hectares, se localizam ao redor da agrovila. Muitos residentes não possuem mais, ou nunca possuíram, um lote rural. Temos como meta realizar a pesquisa participativa, que é a condição ideal para realização de um bom diagnóstico, e por consequência ter o apoio da comunidade escolhida para que se sinta envolvida e compartilhando com os mesmos objetivos e a firme busca da melhoria de seu lugar de vivência. Para a coleta de dados aplicaremos um questionário, entrevistaremos os líderes, faremos anotações baseadas em observações in loco e registraremos o cotidiano em fotografias. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio, instituição de ensino predominantemente agrícola da região do extremo sul de Santa Catarina, auxilia a promover o desenvolvimento local e a busca da melhoria da qualidade de vida da região de abrangência. No entanto, para realizar estas colaborações, faz-se necessário que se disponha de conhecimento maior da realidade local para subsidiar futuras ações de apoio. A dissertação consta de quatro capítulos assim denominados: o primeiro, que vem após a introdução, é uma busca de referencial teórico sobre Educação para o Trabalho; O segundo mostra a localização e o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio; O terceiro capítulo descreve e busca o referencial teórico sobre a população rural, assentamentos, histórico e localização do Assentamento de Vila Nova e o diagnóstico realizado no referido assentamento; O quarto capítulo apresentará a participação do Instituto no processo de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais de Vila Nova. Logo após estão a conclusão da pesquisa, depois as referências bibliográficas e, por fim, os anexos.

Palavras-chave: diagnóstico; educação para o homem do campo; assentamento rural.

ABSTRACT

REINKE, Adalberto. **Diagnosis and prospects of socio-educational development of rural settlers in the community of Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC and the participation of IFECTC - Campus Sombrio.** 2009. 72 p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

Our general aim is to diagnose the community of Vila Nova, in Santa Rosa do Sul - SC, in terms of socio-economic status. The specific objectives are to survey the community needs, identifying possible issues that prevent the local development and subsidize future actions of development for that community. The community of Vila Nova, next to the institution, was the area chosen to be diagnosed in this dissertation, for being a very poor community and seeks to improve the lives of a rural settlement set there. The families of the rural settlement of Vila Nova and the Federal Institution of Education, Science and Technology of Santa Catarina - Campus Sombrio are the main protagonists. Sixty-six families live in the settlement of Vila Nova. They are distributed in a rural estate where they occupy a small urban lot. It is also dedicated to the cultivation of vegetables and the creation of small and medium animals for subsistence. Rural lots, with an average area of ten acres, are located around the rural estate. Many residents are no longer, or never had, a rural lot. We aim to carry out participatory research. It is the ideal condition for achieving a proper diagnosis and therefore have the support of the chosen community in order to it feels involved with and sharing the same goals and the firm searching for improving your living space. To data collect we will apply a questionnaire and interview the leaders. Also, we will do notes based on observations in that place, and we will record the day-to-day by photographs. The Federal Institution of Education, Science and Technology of Santa Catarina - Campus Sombrio, is an agricultural educationl institution, predominantly agricultural, at the extreme south of Santa Catarina, it helps to promote local development and the pursuit of quality of life improvement of the region. However, for these collaborations, it is necessary that it has greater knowledge of local reality to support future actions. The dissertation consists of four chapters: the first one, that comes after the introduction, is a search for theoretical referential on Education for Work. The second shows the location and history of the Federal Institution of Education, Science and Technology of Santa Catarina - Campus Sombrio. The third chapter describes and seeks the theoretical referential on Rural Population, Settlements, History and Location of the settlement of Vila Nova and a Diagnosis held in that settlement. The fourth chapter will present the Institute's participation in the process of socio-educational development of the rural settlement of Vila Nova. After we will present the conclusion of the research, then the bibliographical references and, finally, the attachments.

Keywords: diagnosis; education for the countryman; rural settlement.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do quadro de Docentes (CGRH, EAFS, 2009).....	25
Gráfico 02: Evolução do quadro Técnico Administrativo. (CGRH, EAFS, 2009).....	26
Gráfico 03: Classificação das 66 famílias.....	40
Gráfico 04: Classificação das famílias agricultoras.	41
Gráfico 05: Classificação das famílias não-agricultoras.....	41
Gráfico 06: Demonstrativo de ocupação da Vila Nova.	43
Gráfico 07: Demonstrativo de uso de agrotóxico pelos agricultores.....	49
Gráfico 08: Demonstrativo de percentual de mata preservada.	50
Gráfico 09: Relação da escola municipal e os jovens do assentamento	52
Gráfico 10: Demonstrativo de alunos por série	52
Gráfico 11: Demonstrativo do grau de confiabilidade em melhorias.	54
Gráfico 12: Demonstrativo de moradores não agricultores que já estudaram ou estudam no IFC - Campus Sombrio.....	55
Gráfico 13: Cursos freqüentados pelos vilanovenses não agricultores.....	56
Gráfico 14: Demonstrativo de moradores agricultores que já estudaram.....	56
Gráfico 15: Cursos freqüentados pelos vilanovenses agricultores.	57
Gráfico 16: Interessados em estudar no IFC - Campus Sombrio.	57
Gráfico 17: Demonstrativo de cursos de interesse dos vilanovenses.	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Metragem das áreas cobertas construídas.	22
Tabela 02: Servidores e nível de escolaridade.	24
Tabela 03: Descrição de obras em m².	26
Tabela 04: Demanda dos cursos oferecidos.	27
Tabela 05: Relação Candidato x Vaga para ingresso no Campus Sombrio.	27
Tabela 06: Referência da numeração da figura 11.	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização.....	17
Figura 2 - Vista aérea do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.	18
Figura 3 - Aspecto parcial do início da construção da escola na segunda metade da década de 1980.	19
Figura 4 - Aluno do curso Técnico em Agropecuária no laboratório de ordenha.	20
Figura 5 - Aluna do curso Técnico em Agropecuária no setor de olericultura.	20
Figura 6 - Alunos do curso Técnico em Turismo em viagem técnica.	21
Figura 7 - Alunos do curso Técnico em Informática em aula no laboratório de manutenção.	21
Figura 8 - Planta do lote na agrovila.....	32
Figura 9 - Vista da área destinada ao núcleo de habitação, depósito de equipamentos e implementos agrícolas e estufa de secagem de fumo.	33
Figura 10 - Vista parcial da agrovila Vila Nova.....	34
Figura 11 - Mapa localizando os residentes da agrovila Vila Nova.	35
Figura 12 - Vista da Igreja e do Centro Comunitário.	38
Figura 13 - Residência original e comum no Bairro Vila Nova.	44
Figura 14 - Terras consideradas ruins.....	45
Figura 15 : Interior da Igreja Católica da Comunidade de Vila Nova.	47
Figura 17 - Posto de Saúde da Comunidade.	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.
API - Área de Pecuária Intensiva.
CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.
CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos.
CIEC - Coordenação de Integração Escola Comunidade.
CNE - Conselho Nacional de Educação.
CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural.
COOIRJAM - Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado.
DISU - Divisão de Ensino Supletivo.
EAFS - Escola Agrotécnica Federal de Sombrio.
EJA - Educação de Jovens e Adultos.
ENERA - Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural.
FNEP - Fundo Nacional do Ensino Primário.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICC - Irrigação da Costa do Canoas.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
MEB - Movimento de Educação de Bases.
MEC - Ministério da Educação.
MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária.
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
P.A.P - Projeto de Assentamento de População.
PLSSC - Projeto Litoral Sul de Santa Catarina.
PPDI - Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação.
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.
PR - Paraná.
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
RS - Rio Grande do Sul.
SC - Santa Catarina.
SDRA - Secretaria de Desenvolvimento Rural e de Agricultura.
SED - Secretaria da Educação e do Desporto.
SESI - Serviço Social da Indústria.
SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.
UFESC - Universidade Federal de Santa Catarina.
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I - PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	4
1.1. Educação para o Trabalho	4
1.1.1. Educação de Jovens e Adultos - EJA.	9
1.1.2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.	11
1.1.3. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.	13
2. CAPÍTULO II - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS SOMBRIO	16
2.1. Localização do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.	16
2.2. Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.	18
3. CAPÍTULO III - ASSENTAMENTO RURAL DE VILA NOVA.	28
3.1. População Rural e Assentamentos.	28
3.1.1. População Rural.	28
3.1.2. Assentamentos.....	29
3.2. Histórico e Localização do Assentamento de Vila Nova.	29
3.3. Diagnóstico do Assentamento Vila Nova.	40
3.3.1. Identificação dos Agricultores.	42
3.3.2. Identificação dos Não-Agricultores.	42
3.3.3. Características da Comunidade.	42
3.3.3.1. . Época em que se Fixaram no Assentamento.	42
3.3.3.2. Deslocamento.	43
3.3.3.3. . Moradias.	44
3.3.3.4. Terras.	44
3.3.3.5. . Primeiros plantios.	45
3.3.3.6. Acompanhamento Técnico.	45
3.3.3.7. . Atividades ocupacionais da família.	46
3.3.3.8. . A fé.	46
3.3.3.9. . Relacionamentos e comemorações.	47
3.3.4. Organização social.	47
3.3.5. Produção.	48
3.3.5.1. Culturas principais: produção e consumo.	48
3.3.5.2. Atividade de produção e consumo animal.	48
3.3.6. Meio Ambiente.....	49
3.3.7. Educação.	50
3.3.8. Saúde.	52
3.3.9. Melhoramentos.	53
4. CAPÍTULO IV - A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE -CAMPUS SOMBRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL DOS ASSENTADOS RURAIS DA COMUNIDADE DE VILA NOVA	55
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO	68

INTRODUÇÃO

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - EAFS, atualmente denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio, instituição de ensino predominantemente agrícola da região, auxilia a promover o desenvolvimento local e a busca da melhoria da qualidade de vida da região de abrangência. No entanto, para realizar estas colaborações, faz-se necessário que se disponha de conhecimento maior da realidade local para subsidiar futuras ações de apoio.

A comunidade de Vila Nova, próxima à instituição, foi a área escolhida para ser diagnosticada, nesta dissertação, por ser uma comunidade carente que busca a melhoria de vida dos assentados rurais.

Conforme Siliprandi (2002), deve-se estimular uma proposta de desenvolvimento rural vista como um conjunto de melhorias para o campo nas quais as pessoas que irão se envolver, devem ter um papel de protagonistas. Espera-se mediante o processo participativo que alcancem o fortalecimento da agricultura, e também suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, visando a inclusão social.

São dois os principais resultados do diagnóstico. O primeiro é a participação da comunidade durante essa fase, o que contribui para o seu envolvimento com a proposta de pesquisa, e o segundo é a produção conjunta de conhecimento sobre a realidade estudada.

A participação dos moradores durante essa fase da pesquisa ocorre em diferentes momentos e intensidades. Propomos fazer um plano elaborado a partir das necessidades apontadas pela comunidade e das possibilidades de participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio. Conforme Plencovich:

“La escuela debe estar em contacto co otros actores sociales directa e indirectamente relacionados com su objeto epistemológico, a fin de mantener su oferta académica viva y actualizada”. (PLENCOVICH, 2007).

É apenas de maneira participativa e dialógica que a instituição de ensino pode se propor a apoiar a comunidade a enfrentar os seus problemas da forma mais adequada à sua realidade particular.

Não existe, no entanto, conforme Frigotto e Franco (2007), uma receita para a elaboração de um plano de pesquisa ideal, sendo que tudo o que se escreve sobre isso são meras sugestões e orientações que nos dão uma noção de diferentes visões de mundo e de caminhos para interpretar a realidade e para organizar o conhecimento e a ação sobre nossa pesquisa.

A pesquisa participativa ou participante é uma maneira relativamente nova de produzir conhecimentos. A sua origem conceitual e metodológica se dá entre as décadas de 60 e 80 na América Latina (BRANDÃO, 2005), onde foi construída uma proposta diferenciada de pesquisa que reunia as bases de uma educação popular com forte conotação sócio-política e os princípios de uma sociologia embasada no conceito de investigação-ação conforme Gajardo (1999).

De acordo com Brandão (2005), as primeiras experiências de pesquisa participativa foram colocadas em prática dentro de movimentos sociais populares, e tinham forte compromisso com ações sociais de cunho popular.

A pesquisa participante contribui diretamente para a resolução de problemas de interesse coletivo. Essa metodologia tem como princípio fundamental uma forma de participação em que pesquisador e população são sujeitos de um mesmo processo de exercício de cidadania objetivando transformação social.

Na pesquisa diagnóstica, a integração entre o pesquisado e o pesquisador é um dos principais objetivos a ser instigado para obter a tomada de decisões e ações coletivas para obter resultados práticos e positivos, capazes de suprir efetivamente as carências da comunidade pesquisada. A comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes quando o processo for a pesquisa participativa. Ela busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com o objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação.

Hall (1981 apud Demo, 1999) identifica sete características que sintetizam os fundamentos da pesquisa supra citada. Abaixo estão transcritos esses princípios convergentes (pp. 121-122):

a) “O problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho”. b) “A finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. Os beneficiários são os trabalhadores ou povo atingido”. c) “A pesquisa participativa envolve o povo no local de trabalho ou a comunidade no controle do processo inteiro de pesquisa”. d) “A ênfase da pesquisa participativa está no trabalho com uma larga camada de grupos explorados ou oprimidos: migrantes, trabalhadores sem terra e etc”. e) “É central para esta pesquisa o papel do esforço à conscientização no povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e organização”. f) “O termo ‘pesquisador’ pode referir-se tanto à comunidade ou às pessoas envolvidas no local de trabalho, como àqueles com treinamento especializado”. g) “Embora aqueles com saber/treinamento especializado muitas vezes provenham de fora da situação, são participantes comprometidos e aprendizes num processo que conduz mais à militância do que ao distanciamento”.

As famílias do assentamento rural de Vila Nova e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio são os protagonistas principais. Sessenta e seis famílias residem no assentamento de Vila Nova distribuídas numa agrovila onde ocupam um pequeno lote urbano que é destinado também para o cultivo de hortaliças e a criação de pequenos e médios animais para subsistência. Os lotes rurais, com área média de dez hectares, se localizam ao redor da agrovila. Muitos residentes não possuem mais, ou nunca possuíram, um lote rural.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio faz divisa com o assentamento.

Por diversos motivos esta comunidade, que pratica a agricultura familiar, deixou de ser assistida oficialmente e necessita que o setor público volte a acompanhá-la.

A partir do diagnóstico dos problemas locais, pretende-se buscar alternativas para tentar solucioná-los ou, ao menos, minimizar as suas causas. Nossos objetivos são:

- Objetivo geral: diagnosticar a comunidade de Vila Nova, no Município de Santa Rosa do Sul - SC, em termos sócio-educacionais.

- Objetivos específicos:

- Realizar o levantamento das necessidades da comunidade;

- Identificar as possíveis questões que impeçam ou inviabilizem o desenvolvimento local;

- Subsidiar futuras ações de desenvolvimento da comunidade.

Resumidamente, são as seguintes etapas:

- 1 - Coleta de dados e informações: do mesmo modo que a informação é a base de qualquer processo que envolva decisão, os dados e as mesmas informações são as principais matérias-primas do processo de análise/diagnóstico. Os instrumentos são:

- a) Questionário - embora seja um instrumento importantíssimo na coleta de dados, para ser bem aproveitado, há que se levar em consideração: que informações se desejam, quais pessoas responderão, onde estão geograficamente localizadas, qual é o seu nível e grau de

compreensão e entendimento, qual é a sua disponibilidade de tempo para responder. O preenchimento do questionário será realizado pelo aplicador e seus colaboradores. Em um questionário, as questões/perguntas são frias e impessoais, e impedem outras formas de expressão que poderiam ser manifestadas em uma entrevista.

b) Entrevista - selecionaremos as pessoas a serem entrevistadas. A elaboração de um roteiro é necessária, evitando a dispersão. Rodrigues (2007) indica em seu texto estratégias de execução importantes para uma boa entrevista:

“- las entrevistas serán realizadas de forma democrática y participativa, incentivando la participación de todos y todas, evitando el monopolio de una minoria; - há de haber flexibilidad em el guión, pero sin perder de vista el foco de la entrevista; - las preguntas han de ser abiertas y claras, utilizando preferencialmente el que? porque? como? cuando? quien? donde? - tenemos que evitar preguntas indutivas, de difícil comprensión y constringedoras; - los comentarios han de ser profundados con preguntas del tipo: el que quiere decir con eso?”.

c) Outra técnica também são as observações pessoais in loco: importante método para complementação e confronto de informações, entretanto envolve análise pessoal e seu uso muitas vezes inibe quem está sendo observado. Seu uso é de fundamental importância, pois agrega informações sobre as condições de trabalho, espírito de equipe, motivação e vários outros elementos de difícil relato através de entrevista ou questionário.

2 - Estudo e análise: uma vez coletados, checados e organizados os dados e informações, a fase seguinte compreende o processo de análise. Neste caso, são usados as técnicas e parâmetros que envolvem a especificidade de cada uma das áreas. Ainda nesta fase, em caso de dúvida, novas informações devem ser buscadas ou, esclarecidas as dúvidas existentes, retoma-se o processo de coleta.

Estando concluída esta etapa de busca de informações, organização e classificação do material coletado, é a hora de proceder a um mergulho analítico profundo em textos densos e complexos, de modo a produzir interpretações e explicações que procurem dar conta do problema e das questões que nos motivaram à investigação.

Existirá a participação ativa de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio residentes no assentamento. Essas pessoas, por terem um grande conhecimento da área, darão sugestões valiosas nesse momento do trabalho. Além disso, também colaborarão nas reuniões, entrevistas e questionários e serão, ainda, essenciais para a aproximação entre o pesquisador e os donos das propriedades.

3 - Fotografias para documentar o cotidiano vivenciado: todas as fotos que serão tiradas no Assentamento serão destinadas à Fototeca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

De acordo com a enciclopédia, pela sua natureza, a fotografia é ferramenta ou objeto de estudo da antropologia visual. A fotografia é uma imagem, ela possui uma linguagem denotativa ou o óbvio. A linguagem denotativa é o óbvio, tudo o que se vê na fotografia, tudo o que está evidente. E esta técnica nos ajudará a comprovar o que buscamos no projeto.

A dissertação consta de quatro capítulos assim denominados: o primeiro, que vem após a introdução, é uma busca de referencial teórico sobre Educação para o Trabalho; o segundo mostra a localização e o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio; o terceiro capítulo descreve e busca o referencial teórico sobre a população rural, assentamentos, histórico e localização do Assentamento de Vila Nova e o diagnóstico realizado no referido assentamento; o quarto capítulo apresentará a participação do Instituto no processo de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais de Vila Nova. Logo após apresentaremos a conclusão da pesquisa, depois serão apresentadas as referências bibliográficas e, por fim, os anexos.

1. CAPÍTULO I - PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO.

1.1. Educação para o Trabalho

A busca do conhecimento e a transferência das informações técnicas da agropecuária começam quando o homem resolve se fixar em um lugar, no período histórico Neolítico, e nele tenta achar soluções para a produção de seu alimento e, então, começa a sede e a necessidade do saber. Conforme Caporal, eles “trocavam informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho, passando de uns para os outros os aperfeiçoamentos alcançados”, sendo que a troca de informações e conhecimentos sempre revertia em benefício da comunidade.

Depois da necessidade de precisar encontrar cada vez mais soluções, surge o desenvolvimento das forças produtivas e se divide o trabalho manual do trabalho intelectual. Este período coincide com a evolução do capitalismo e também com uma nova época em que os que produziam não precisavam do saber intelectual, mas somente da força física.

Desde seu descobrimento até no final do século XIX, o Brasil foi escravocrata e fez todo o seu trabalho bruto com esse tipo de mão-de-obra.

A Revolução de 1930 derruba no Brasil a oligarquia agrícola e experimenta uma possibilidade de industrialização. Neste período, os olhares se voltam, primordialmente, para o cidadão urbano que tem acesso acelerado da urbanização. A partir de então, a questão agrária fica em segundo plano, isto é, a população rural começa a sentir que existirão obstáculos para o seu desenvolvimento.

Mas surgem saídas como a de Minas Gerais, no Município de Santa Rita de Passa Quatro, que em 1948, de acordo com Caporal, “abre-se o caminho para a introdução de um serviço de Estado, cujo papel central será ‘educar’ o povo rural para modernizar suas atividades agrícolas e do lar, passando de uma fase de atraso para um estágio moderno”.

Os anos 50 chegam com uma enorme força modernizante em nosso país e isto cooperou significativamente para expandir para o restante dos Estados da Federação a idéia de organização de serviços semelhantes aos de Minas Gerais.

Caporal diz que este tipo de educação é um “processo de persuasão... Portanto, autoritária e antidialógica, numa relação sujeito/objeto, sem sequer problematizar a inovação que estará sendo introduzida”.

A partir deste período surgem com força alguns movimentos sociais no campo que pregam que esta educação deve assumir outro rumo, qual seja, a inclusão e a participação do público alvo na discussão de seus problemas e soluções. “Paulo Freire salienta a educação como prática de liberdade, como atitude de conhecimento, ao enfatizar uma concepção problematizadora de educação, fundada no diálogo e na aprendizagem com o Outro e não para o Outro”, conforme cita Maria Antônia de Souza.

Somente em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamenta as relações de trabalho no campo. Os trabalhadores rurais, durante estas três décadas, comparados aos trabalhadores urbanos, estavam à margem das leis trabalhistas. O Governo, recebendo uma pressão, começou a se voltar também para o homem do campo, ensaiando a implantação da reforma agrária.

Em 1964 os militares tomaram o poder e, com isso, houve novamente um freio na possibilidade de avançar no desenvolvimento agrário no país, pois a concentração de terras permaneceu e permanece até hoje. Nenhum governo, até agora, conseguiu sanar totalmente

esta ferida e continua nos mostrando somente um atendimento mínimo a esta população que cada vez tem menos condições de crescer.

“Esse panorama condicionou a evolução escolar brasileira e nos deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo”. (BRASIL. (2004) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, p. 7).

Durante muito tempo as comunidades adotaram, ou até assumiram, este papel, oferecendo locais, muitas vezes inadequados, nos quais seus filhos pudessem ser educados, pelo menos parcialmente.

Houve, com a aprovação da Lei nº. 9.394, de dezembro de 1996, a primeira tentativa governamental séria de se dar atenção à escola como uma visão de medidas que se adequassem à vida do campo com suas especificidades resgatando, assim, uma dívida com a população rural.

A grande preocupação era que se começasse a pensar a educação na zona rural com a visão de uma educação escolar voltada à formação para o trabalho, pois esta era a possibilidade de uma ação estratégica para a emancipação de todos os que vivem, ou sobrevivem, no campo e ali trabalham para tirar o seu sustento.

É importante ressaltar, ainda, a grande disparidade existente entre eles no que se refere à escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que é de 3,4 anos para os habitantes da zona rural, o que corresponde à quase metade da estimada para a zona urbana, o que mostra uma necessidade premente de ações efetivas para se diminuir esta disparidade. O índice do sul sobressai nesta relação, pois aqui temos a média de 4,6 anos de estudos, que é o maior de todas as regiões geográficas do país. Estes dados nos remetem a um índice de 29,8% da população adulta da zona rural como analfabeta, enquanto que na urbana este chega a um terço, ou seja, 10,3% da população nesta faixa etária. Com certeza, estes números refletem a causa principal que é a oferta de atendimento para somente 24,9% das crianças de 4 a 6 anos e de 4,5% dos jovens de 15 a 17 anos, na área rural.

Por outro lado, animam os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001, que mostram que, na faixa de 10 a 14 anos, 95% das crianças da área rural e 97% da área urbana estão na escola. É importante ressaltar que um alto índice destes estudantes se encontra em atraso escolar, que chega a 50% na zona urbana e 72% do contingente dos estudantes rurais, fatores que contribuem para o aumento do abandono e da evasão.

Outro dado interessante revelado pelo Censo Escolar 2002 diz respeito ao número total de escolas rurais que corresponde a 107.432 estabelecimentos, o que significa 50% das escolas do nosso país. A metade delas tem somente uma sala de aula e oferece exclusivamente o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, com turmas multisseriadas ou unidocentes.

As turmas multisseriadas demonstram sempre grandes dificuldades tanto na estrutura física quanto na falta de condições e sobrecarga de trabalho dos educadores, o que gera rotatividade e interfere também no processo ensino/aprendizagem.

“A literatura tem mostrado a importância destacada do professor no processo de progressão e aprendizado dos alunos. Apesar dessa constatação, a condição de trabalho desses profissionais tem-se deteriorado cada vez mais. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade

e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção”. (BRASIL. (2004) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, p. 25).

Outro dado alarmante revela que no ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, apenas 9% dos professores apresentam formação superior, além de 8,3% dos docentes nesta área terem formação inferior ao ensino médio.

Todos estes dados nos alertam para a busca de uma política para a educação que valorize o educador do campo, tanto no que tange ao aumento de efetivos e formação adequada quanto na melhoria salarial, para que isto seja um estímulo de permanência de profissionais qualificados em sala de aula.

“Educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e enquanto produzida por uma cultura, a cultura do campo, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas. A educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saída e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente”. (BRASIL. (2004) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, p. 33).

O grupo de assentados da agrovila Vila Nova, é resultado deste tratamento injusto dado a todos os que lutam na terra.

Felizmente existe uma “expansão da educação formal em nosso país, em todos os níveis, em consequência das mudanças no mundo do trabalho e nas formas de organização e participação social”, conforme Britto. E aqui interessa a questão da educação de adultos, a virtual força de trabalho para o imediato, e esta taxa tem crescido em torno de 10% a 13% nos últimos anos, o que gera a redução, mesmo que de uma forma lenta, mas constante, do analfabetismo pleno.

O crescimento em busca de uma educação formal está relacionado com estas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, isto é, substituições cada vez em menor tempo, de mecanismos que tornem os processos produtivos mais rápidos.

“Este modelo produtivo apregoa-se, quer um trabalhador que tem conhecimento tecnológico, sabe comunicar-se com propriedade, trabalha em equipe, cria soluções para problemas imediatos, avalia sua própria ação e está em contínuo processo de formação”. (BRITTO, 2006, p. 344).

Atualmente a busca pela ampliação da escolaridade é feita, não muitas vezes, para buscar um emprego, ou melhorá-lo, mas para mantê-lo e, na maioria dos casos, os recursos humanos das empresas já exigem pelo menos o segundo grau.

Conforme Batista, “diante de todas as mudanças, o trabalhador deverá se adequar, inserir-se, vencendo dificuldades para ser polivalente e responder com rapidez às demandas postas, ou será substituído por outro trabalhador”.

Foi na era do Governo Collor que as grandes transformações no mercado de trabalho começaram a se destacar dando “início do progresso de inserção subordinada às condições da nova ordem internacional, implementando o receituário neoliberal dos organismos reguladores internacionais”, conforme Batista, sendo ele, durante seu curto mandato, responsável pela exclusão de mais de dois milhões de empregos.

“A concepção da educação como forma de garantir a inserção no mercado de trabalho, ou mesmo possibilitar ascensão profissional, generalizou-se na sociedade responsabilizando os trabalhadores pelo desemprego, pois eles não estão aptos para inserirem-se no mercado por não acompanharem as mudanças ocorridas e não qualificarem-se”. (BATISTA, 2006, p. 2002).

Para o capital o importante é que o trabalhador produza, dando resposta imediata para suas necessidades. Se ele vier ou está pronto, melhor ainda, pois, então, ele será disciplinado e poderá atender pronta e adequadamente às situações que possam ocorrer no ato produtivo.

Batista conclui “que o discurso da qualificação, escolarização, capacitação para a inserção no mercado de trabalho não passa de questão ideológica do capital, atribuindo os problemas referentes à crise do trabalho aos próprios trabalhadores”.

O trabalho da escola pública e, especialmente, de cada educador deve ser no sentido de oferecer uma educação emancipadora, uma educação que consiga fazer uma transformação social. Conforme González, (2006) “a origem da exploração é a ignorância, logo sua superação está na educação”. Esta ignorância causa a exploração e, para interromper esta corrente, precisamos de indivíduos mais educados.

No Brasil, a partir dos finais da década de 1980 e início da década de 1990, com a crise do capitalismo, conforme Carvalho (2006, pp. 233 e 234):

“O campo da educação tornou-se estratégico para a constituição de um novo ser social, apto a responder às demandas postas pela reestruturação produtiva, pela inovação tecnológica, pelo neoliberalismo e pela globalização da economia”.

Neste contexto, já não cabia mais o trabalhador com formação “fordista” de trabalho. Exige-se agora um trabalhador que, dentro de sua formação, exibe novas competências que possam atender a um novo tipo de empresa que é integrada e flexível. A empresa espera deste novo indivíduo três fatores principais: maior capacidade de concentração, de participação nas decisões e na resolução de problemas; isto é, um ser perfeito.

A escola foi novamente eleita para realizar esta tarefa. Os intelectuais preconizam que esta formação deverá estar calcada em “uma sólida educação básica como meio mais rápido para a elevação das condições sociais, para a cidadania e também para o desenvolvimento de novas habilidades, competências e conhecimentos técnicos”. (CARVALHO, 2006, pp.239-240).

Nas novas propostas vislumbradas pelos educadores isto não é novidade, pois ela é exigência em razão das modificações das relações capital e trabalho, o que significa novos requisitos de formação.

O autor de *As Políticas Educacionais para o Ensino Médio e sua Concretização na Instituição Escolar* nos mostra que, neste caminho das competências, o trabalhador se torna individual porque cada um as tem mais ou menos desenvolvidas. Esta situação faz com que se perca a unidade dos trabalhadores tanto para reivindicar o que acha justo ganhar, quanto para mostrar suas habilidades, tornando-os frágeis diante do capital. A solidariedade se perde também na prática entre os agentes do trabalho. “O discurso da pedagogia das competências embora anuncie a liberdade e a cidadania como supostos, materializa políticas a práticas educativas que reforcem as desigualdades sociais e a alienação”. (CARVALHO, 2006, pp. 247-248).

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinha como meta um modelo de desenvolvimento que pudesse melhorar o conjunto da sociedade brasileira com a política tecnológica voltada para o apoio da indústria nacional. Para isso acontecer, o Brasil precisava avançar na reforma da educação que assumiria “o caráter de fator de produtividade e competitividade industrial” (SOUZA, 2006, p.304). O aluno do ensino médio era a meta que

possibilitava a preparação para o trabalho. Os jovens eram qualificados e atualizados e teriam as chances dos empregos.

“Em suma, o Plano do Governo FHC atribuía à educação o papel de formação e qualificação da força de trabalho com base em um patamar mais avançado de uso diretamente produtivo da ciência e da tecnologia no trabalho e na vida urbano-industrial”. (SOUZA, 2006, p.304).

Alguns eixos fundamentais foram eleitos para a educação profissional neste período tais como: aprender a aprender, isto é, não somente saber fazer, mas de saber aprender; repensar a educação com o intuito de que a educação profissional se complementasse e fosse integrada à educação básica; e foco no mercado visando a empregabilidade. A expectativa do Governo era a de que pelo menos 20% da População Economicamente Ativa deveria ter uma chance de atualização profissional por ano para que num quinquênio toda a força de trabalho pudesse ser atingida. Os sindicatos também pregavam que a questão da atualização profissional era condição fundamental para estar inserido no mercado globalizado, com a formação de um novo trabalho.

Silva (2006 p. 265 e 266) critica este aperfeiçoamento dizendo que “tecnologia por tecnologia não garante melhorias ao conjunto da sociedade [...] e não é aconselhável pensar que a simples adesão aos apelos técnico-científicos [...] seja suficiente para a construção de uma sociedade democrática e justa”.

Um dado assustador é revelado no Censo Escolar de 2006 mostrando que houve uma diminuição de 94 mil matrículas do ensino médio regular com relação ao ano de 2005 e, por outro lado, houve um acréscimo de 114 mil matrículas no supletivo. Assusta, pois, pelo menos teoricamente, existe uma grande diferença de qualidade de ensino em se fazendo estas comparações. Assusta, pois nossos jovens, com certeza, por causa da situação sócio-econômica, necessitam com agilidade de uma terminação do primeiro e segundo graus para entrarem no rol dos que podem ser agraciados com um emprego. Essa pressa faz com que milhares de jovens, e também adultos, na sua grande maioria, conforme Frigotto, (2006 p.11) sejam “desprovidos de uma educação científica, técnica e de cultura mais geral. Isto faz com que não estejam preparados nem para as exigências profissionais e nem para o exercício autônomo da cidadania”.

Das quarenta e uma famílias pesquisadas no assentamento de Vila Nova, somente vinte e um homens trabalham na lavoura, sendo que destes, oito já estão aposentados; dezoito são empregados em serviços auxiliares, quase todos na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS); e dois estão desempregados. Entre as mulheres, temos oito delas trabalhando na lavoura como atividade principal; dezenove labutam em casa e dez delas estão empregadas, também, em serviços gerais. Esta, com certeza, é uma radiografia da situação escolar pela qual os adultos da Vila Nova passaram e ratifica o que prega Frigotto.

A nossa atenção como escola, agora, deve estar voltada para um conserto possível para esta população adulta, oferecendo possibilidades de uma formação de primeiro e segundo graus e, talvez, no futuro, oferecer cursos de pequena duração para capacitação na área de atuação. Os jovens residentes na agrovila devem ter a possibilidade de usufruir das dependências da Escola Agrotécnica, cada vez em maior número. Já temos alguns alunos da referida procedência que se formaram nos cursos oferecidos, quais sejam, Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária e Técnico em Informática. Nenhum aluno do sexo masculino permaneceu em casa, somente uma aluna formada continua residindo na vila. Talvez, uma causa, seja a péssima qualidade das terras que lhe foram disponibilizadas. Atualmente temos na EAFS três estudantes procedentes do assentamento vizinho.

O governo do presidente Luiz Inácio da Silva (Lula) tem demonstrado muito esforço voltado para a aplicação maciça de verbas na educação que demandam um grande “investimento em ciência e tecnologia e, como condição, a efetiva universalização

democrática da educação”, conforme Frigotto, 2006, pp. 14 -15).

Os futuros estudantes secundaristas, oriundos da Vila Nova, deverão ser beneficiados com esta iniciativa do Governo Lula, por intermédio do Instituto Federal Catarinense, na questão que se refere à educação.

A segunda parte da pesquisa, voltada ao diagnóstico da Vila Nova, apresentará mais dados com referência à escolaridade, e também sobre titulação das terras, qualidade da água, qualidade do solo, produção agrícola, trabalho como empregados e etc., para depois propor ações que envolvam a escola, no que é possível e legal, na solução dos problemas levantados e que os assentados querem ver resolvidos.

1.1.1. Educação de Jovens e Adultos - EJA.

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada.

Os alunos de EJA ainda vivenciam problemas, como: preconceito, vergonha, discriminação, críticas, dentre tantos outros; e a sociedade precisa conhecer e compreender esse problema. Tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade. Tentando amenizar essa situação, considera-se o papel docente fundamental no processo de reingresso do aluno ao ensino por meio das turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê o seu professor como um modelo a seguir.

Sabe-se que os jesuítas iniciaram no Brasil o árduo trabalho de educar adultos.

Desde a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. Porém, somente com a Constituição de 1934 estabeleceu-se a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

A década de 40 do século XX foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário - FNEP; a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP; o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA, entre outros. Esse conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Em 1946, com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano, que gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada e alfabetizada.

Em 1947, o Ministério da Educação (MEC) promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade). O objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha, denominada CEAA, atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns.

Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente

ligada à CEAA. A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro. Ainda nos anos 50 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida.

Em 1958, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão, momento em que foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor.

Na década de 60, com o Estado associado à Igreja Católica, novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à idéia de fortalecimento de uma cultura popular passaram a ser reprimidos. O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

A história da EJA no Brasil está também associada a Paulo Freire. O Sistema Paulo Freire, desenvolvido na década de 60, teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. Com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo o Brasil, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

A década de 70, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que era um projeto para acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Após esse período, quando já deveria ter sido cumprida essa meta, dados registraram 25,5% de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

O ensino supletivo implantado em 1971 foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo as necessidades de um mercado de trabalho competitivo, que exige uma escolarização cada vez maior.

No início da década de 80, a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas com o fim do governo dominado pelos militares e a retomada do processo de democratização.

Em 1985 o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR. O contexto da redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos. A Constituição Federal de 1988 estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” e trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental obrigatório e gratuito passou a ser garantia constitucional, também, para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Contudo, a partir dos anos 90, a EJA começou a perder espaço nas ações governamentais. Em março de 1990, com o início do Governo Collor, a Fundação EDUCAR foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios. Porém, as discussões continuaram em diversas esferas. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer nº. 05/97, abordou a questão da denominação “Educação de Jovens e Adultos” e

“Ensino Supletivo”, definindo os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, as competências dos sistemas de ensino e explicitando as possibilidades de certificação. O CNE, por meio do Parecer nº. 12/97 elucidou dúvidas sobre cursos e exames supletivos.

No ano 2000 o CNE estabeleceu as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, por meio da Resolução CNE/CEB nº. 1, e fez referências a essas diretrizes no Parecer nº. 11.

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo Governo Federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, com a meta de erradicar o analfabetismo. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribui com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que desenvolvam ações de alfabetização. No Programa Brasil Alfabetizado, a assistência é direcionada ao desenvolvimento de projetos com ações de alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores. O Programa Brasil Alfabetizado representa um portal de entrada para a cidadania, articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida.

O Ministério da Educação tem como uma de suas metas prioritárias assegurar a todos os brasileiros, de 15 anos ou mais, que não tiveram acesso à escola, ou dela foram excluídos precocemente, o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino fundamental com qualidade. Para a oferta da educação de jovens e adultos, modalidade da educação básica, o MEC articula-se com Estados, Municípios e com a sociedade civil organizada.

O MEC está implementando um conjunto de ações para a ampliação da oferta, para a recuperação e melhoria da escola pública e para a valorização do professor, tais como: apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino e elaboração e distribuição de material didático.

Quando se relaciona a educação de jovens e adultos ao mundo dos trabalhadores rurais, deve-se citar o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados.

1.1.2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

O PRONERA atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O PRONERA ainda capacita educadores para atuar nas escolas dos assentamentos e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade.

Em julho de 1997, durante o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, as Universidades e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), idealizaram o PRONERA.

Em 17 de abril de 1998 o PRONERA foi criado oficialmente pela Portaria do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). No lançamento do Programa, ele ficou vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro e, um tempo depois, pela possibilidade

de um melhor atendimento para operacionalizá-lo, foi assumido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas suas Superintendências Regionais.

O objetivo macro do PRONERA é promover ações educativas nos assentamentos da reforma agrária, com o diferencial de que deve haver metodologias específicas à realidade do campo para diminuir o analfabetismo e, também, para elevar o nível de escolarização dos assentados. O programa ainda previa habilitar professores nos níveis médio e superior e dar formação técnica para jovens e adultos, esta última evidentemente voltada para o setor primário da produção.

O PRONERA se baliza em três princípios fundamentais: a interatividade, a multiplicação e a participação. A interatividade ocorre nas parcerias propostas às Instituições de Ensino Superior, órgãos governamentais, movimentos sociais e sindicais e na própria comunidade. A multiplicação é usada como princípio para elevar tanto o número de alfabetizados, quanto monitores e mobilizadores. E, por último, a participação que envolve em todo o tempo, todos os envolvidos para a origem participante.

“As Instituições de Ensino Superior acumulam várias funções: assumem o papel de mediador entre os movimentos sociais e o INCRA, respondendo pela tramitação burocrática do projeto; são responsáveis pela elaboração dos projetos, em diálogo com os parceiros; assumem também a execução e acompanhamento pedagógico das ações educativas, bem como, a gestão dos recursos financeiros [...]”. (ANDRADE, PIERRO, 2003).

O trabalho de mobilização dos assentados ficou ao encargo dos movimentos sociais; levantando a demanda, acompanhando a execução do convênio e cuidando especialmente da correta aplicação dos recursos financeiros. A tarefa de articular entre as partes envolvidas fica sob a responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA. E por fim, cabe às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação garantir a implantação dos projetos e criar estratégias de continuidade de estudo iniciada pelo programa citado.

Existem três níveis de gestão do PRONERA: nacional, estadual e municipal. Em nível nacional existe o Conselho Deliberativo, a Coordenação Nacional e as Comissões Executivas, tanto administrativa quanto pedagógica; a nível estadual existem os Conselhos e as Coordenações Estaduais e no nível municipal estão as Coordenações locais.

Sempre que existe uma demanda e um projeto que garanta condições de infraestrutura, número suficiente de monitores, comprovação de parcerias ele é implantado mediante a formalização do convênio entre a Instituição que propõem e a Superintendência Nacional do INCRA, dando luz verde para a sua iniciação.

Como regra geral para um bom funcionamento foi proposta uma hierarquia pedagógica composta por um professor universitário, com dedicação de 40 horas mensais, para cada cinco estudantes universitários e cinco coordenadores locais, que devem acompanhar 50 monitores, todos com carga horária de 80 horas mensais, que trabalharão com 1000 alfabetizandos. Todos os educadores envolvidos, cada um a seu nível, recebe uma remuneração por hora dedicada ao projeto ou bolsa mensal.

Conforme Andrade e Pierro existem diferentes níveis de modalidades educativas: “alfabetização de jovens e adultos; escolarização de níveis fundamental, médio e superior e formação continuada de educadores; e formação técnico-profissional”, sendo a EJA considerada como altamente prioritária. A EJA tem duração mínima de 400 horas aula e, ao final do curso, o aluno deve dominar o processo de construção do conhecimento de modo a estar preparado para produzir um pequeno texto a partir de seu próprio vocabulário.

Foi criado para facilitar e padronizar um Manual de Operações do Programa que determina como deve ser feita toda a operação, mostrando que os monitores devem elevar sua escolaridade de forma supletiva e os coordenadores locais são preparados para atuarem como

lideranças comunitárias e, por fim, neste manual, também se encontram caminhos e exigências legais a seguir para os projetos de formação continuada de professores e ensino fundamental supletivo.

De acordo com Andrade e Pierro:

“A diretriz metodológica recomenda a abordagem interdisciplinar do currículo em torno de eixos temáticos e palavras-chave que suscitam situações-problema a partir da história e experiência de vida dos trabalhadores educandos, integrando os conteúdos pedagógicos às necessidades da comunidade e estimulando a participação ativa do aluno, com base numa relação dialógica”.

Desde o começo, o PRONERA enfrentou dificuldades financeiras. Em 1998 foram assinados somente dez convênios em sete Estados, o que já beneficiou quase sete mil alunos. Em 1998 houve uma grande expansão e o número de convênios assinados passou para cinquenta e um atendimentos de 56 mil alunos.

A dificuldade financeira se dava principalmente porque a Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento resistia em incluir o PRONERA no Projeto de Lei Orçamentária que é enviada ao Congresso, justificando que estes encargos são responsabilidades do Ministério da Educação e devem ser financiados com recursos orçamentários do mesmo. Por isso, e para continuar este importante projeto, foram alocados, nos anos de 1999 a 2001, recursos mediante emendas parlamentares.

Não somente a falta de financiamentos, mas a falta de vontade política, fizeram com que, na segunda gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houvesse um recuo na continuidade do PRONERA a um tal ponto que, em 2001, somente 3% e, em 2002, apenas 2% do total da despesa federal com educação de jovens e adultos fosse destinado ao PRONERA, o que mostra claramente o lugar secundário que a preocupação da educação do campo ocupa. Outro alvo do referido Governo foi tentar cada vez mais desestabilizar o MST por causa dos conflitos intensos e constantes promovidos por eles.

A partir de 2003, com a posse do novo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o PRONERA também inicia uma nova gestão, agora vinculado diretamente ao gabinete da presidência do INCRA, retomando a gestão com forte participação dos movimentos sociais. Isto resultou, após cinco anos de programa, no I Seminário Nacional do PRONERA.

Neste período, a Coordenadora Nacional do programa era a professora Mônica Molina, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade de Brasília. Ela declarou, na sua avaliação, que fica muito difícil se afirmar que a universidade chegou ao campo ou o campo chegou à universidade. A professora conclui que houve uma revitalização das ações da academia e, graças ao contato com os movimentos sociais, aprendeu a enxergar melhor a complexidade dos problemas reais. O programa ajudou a inserir novamente o campo na agenda de prioridades públicas brasileiras. Ficou resolvido que era preciso criar estratégias para captar mais recursos e também pensar em utilizar a comunicação como aliada por meio de rádios comunitárias.

O objetivo do seminário era, fundamentalmente, buscar novos rumos, estratégias e ações políticas para o novo momento brasileiro e propor linhas de ações para os próximos anos.

Houve, no entanto, uma conclusão que não poderia deixar de ser tratada com muita ênfase, qual seja, a avaliação mais efetiva do programa em todo o território nacional. Avaliar para se ter uma maior noção dos efeitos das ações desenvolvidas.

1.1.3. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

São fundamentos do PROEJA as decisões sobre a integração entre formação geral e

formação profissional, cujas discussões foram realizadas desde os anos 80 do século XX, tendo como marco a promulgação do Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Os debates sobre as possibilidades das instituições federais de educação tecnológica atuarem na educação de jovens e adultos também contribuíram para a criação do PROEJA.

Com a publicação da Portaria nº. 2.080, em 13 de junho de 2005, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional integrada com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Em 2005, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC realizou oficinas pedagógicas de sensibilização para a implementação do Programa nas instituições federais, que contou com a participação de diretores de ensino, gerentes e coordenadores pedagógicos das escolas federais, além de alguns gestores estaduais de educação profissional. Com o material intelectual obtido com as oficinas foi instituído, em 2005, um grupo de trabalho formado por representantes da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, do Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos e de pesquisadores de universidades brasileiras para a elaboração do primeiro Documento-Base PROEJA, voltado especificamente para o nível médio - educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, amplamente debatido com professores e gestores.

Com essas diretrizes estabelecidas, o MEC optou pela criação de um programa que abrangesse cursos com essa formatação. Com a criação do Decreto nº. 5.478, no dia 24 de junho de 2005, ficou instituído no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O Decreto nº. 5.478 foi revogado em 13 de julho de 2006 pelo Decreto nº. 5.840, que alterou o nome para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Com essas discussões, percebeu-se a necessidade da promulgação de um novo Decreto, em substituição ao 5.478/2005, dando base legal às alterações propostas. Dessa forma, foi assinado o Decreto nº. 5.840/2006, que, além do nome, conforme citado anteriormente, traz as seguintes novas orientações: amplia para todos os sistemas públicos de ensino e para as instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem Social a possibilidade de atuar como proponente, porém, mantendo a obrigatoriedade para a Rede Federal; amplia a abrangência para toda a educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos; inclui a possibilidade de oferta de cursos na forma concomitante, além da forma integrada; prevê a conclusão dos estudos e a respectiva certificação a qualquer tempo, desde que demonstrado o domínio dos conteúdos do nível de ensino; e institui um Comitê Nacional para acompanhamento e controle social da implementação nacional do PROEJA.

No sentido de contribuir para a implantação de novos cursos e melhoria das condições de oferta dos que se encontram em andamento, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC desenvolveu, durante os três anos de criação do PROEJA, várias ações. Em 2006 e 2007 foram firmados convênios com Estados para a implantação de cursos técnicos PROEJA, as instituições da rede federal implantaram suas primeiras turmas de cursos PROEJA, foi implementada a primeira turma de especialização Lato Sensu PROEJA, foram elaborados e divulgados documentos referenciais para o PROEJA e houve a inserção de recursos para o Programa. Em 2008 o MEC promoveu encontros regionais visando a troca de experiências sobre o PROEJA, oferecendo cursos de formação, e instituiu a assistência ao estudante PROEJA, um auxílio financeiro dado aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino nas instituições da rede de educação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece no parágrafo terceiro, do artigo 37, que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a

educação profissional, na forma de regulamento”. O regulamento existe e cabe aos gestores e à sociedade assumir como princípio o direito do jovem e adulto à educação. Ao MEC cabe, além do estabelecimento da política referente ao PROEJA, monitorar a sua implantação, cumprindo-se a legislação em vigor, mas, principalmente, assistindo a parcela da população desfavorecida economicamente e marginalizada socialmente.

2. CAPÍTULO II - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS SOMBRIO

2.1. Localização do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio faz parte da rede das instituições federais de educação profissional e tecnológica e foi concebido com o objetivo de dar apoio à Vila Nova, assentamento de pequenos agricultores, principalmente na área de irrigação e drenagem. Apresentamos inicialmente a localização da instituição de ensino.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio e a Vila Nova se localizam no Município de Santa Rosa do Sul, que foi desmembrado do Município de Sombrio pela Lei nº. 1.109 de 04 de janeiro de 1989. Este Município já foi chamado Morro das Mortes, Três Alfredos, Santa Rosa e, por último, Santa Rosa do Sul. Morro das Mortes porque, em 1732, dois imigrantes foram assassinados em um morro da região. Já, Três Alfredos, se deve ao fato de que, anos mais tarde, chegaram à localidade Alfredo Emerim, Alfredo Teixeira da Rosa e Alfredo José dos Santos. Em 1932, com a chegada dos imigrantes açorianos e italianos, o vigário sugeriu a mudança do nome para Santa Rosa, hoje, Santa Rosa do Sul.

Conforme Minussi “Santa Rosa do Sul integra a Microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina, composta por quinze municípios, cujo centro polarizador é Araranguá, e faz parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC¹”.

O Município, com 7.949 habitantes e área de 151 quilômetros quadrados, está situado a uma latitude de 29°08'10"S, uma longitude de 49°42'00"W de Greenwich e numa altitude média de 7,5 metros em relação ao nível do mar, embora tenha morros de até 30 metros de altura.

Santa Rosa do Sul faz divisa, ao norte, com os municípios de Jacinto Machado e Sombrio; ao sul com Balneário Gaivota, Passo de Torres e São João do Sul; à leste com Sombrio (Lagoa do Sombrio) e Balneário Gaivota e à oeste com Jacinto Machado e São João do Sul. Seu clima é Subtropical Úmido (Mesotérmico), com a média do mês mais quente superior a 22°C e, no mês mais frio, inferior a 18°C, sem estação seca definida, verão quente com temperatura média de 19,2°C e geadas menos frequentes.

¹ A Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC, é composta de 15 (quinze) municípios, cujo centro polarizador é o Município de Araranguá: Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio, Balneário Gaivota, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Ermo, Turvo, Meleiro, Jacinto Machado, Maracajá, Morro Grande, Timbé do Sul e Santa Rosa do Sul.

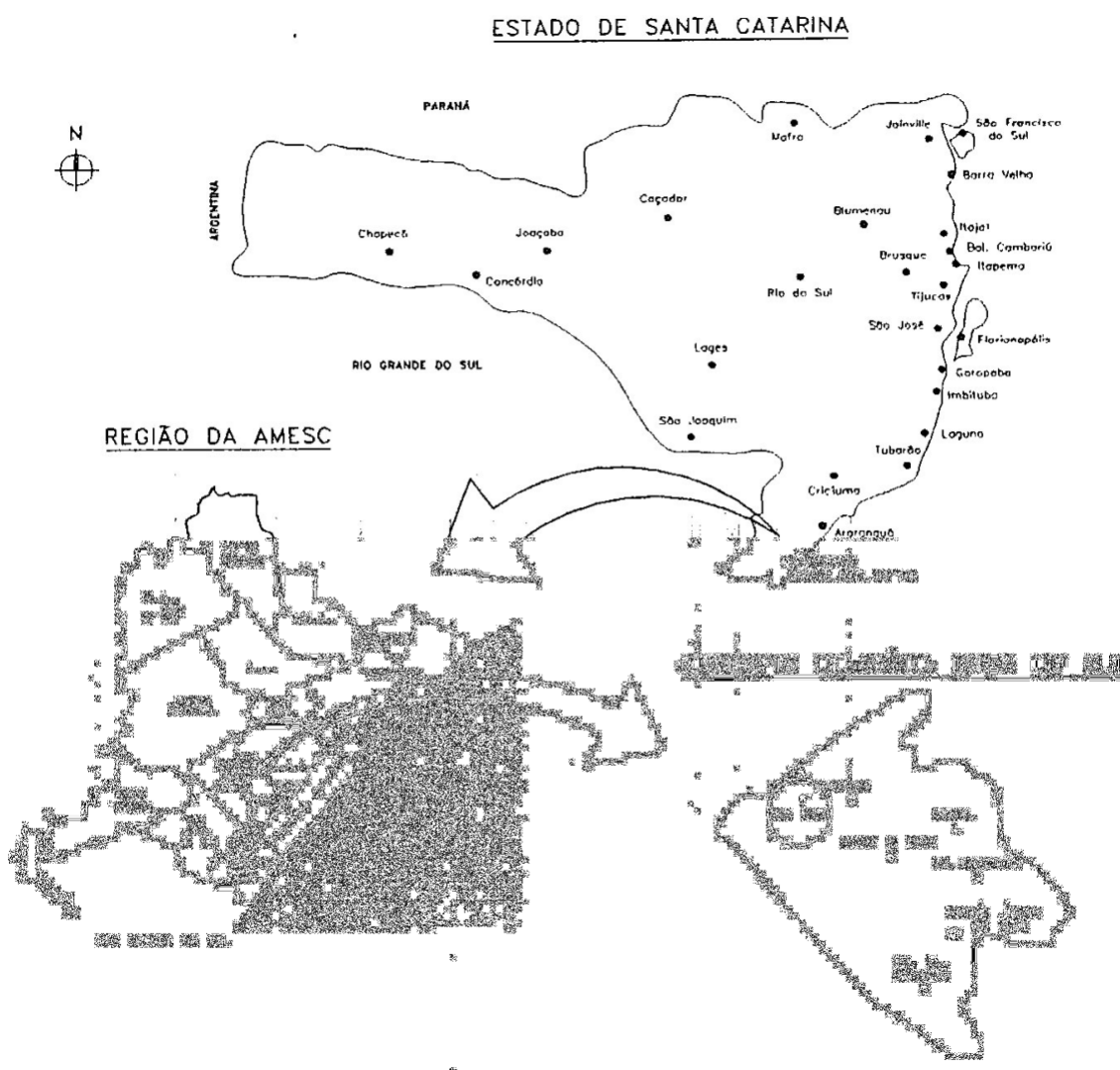


Figura 1 - Mapa de localização.

Fonte: MINUSSI - 2003.

Santa Rosa do Sul é um Município essencialmente agrícola, com sua estrutura fundiária constituída por pequenas propriedades familiares, com destaque para a produção em 2005 de 5.200 toneladas de arroz, 4.320 toneladas de banana, 2.914 toneladas de fumo, 2.700 toneladas de mandioca e 1.710 toneladas de milho.

“Assim percebe-se a importância do setor primário como motor da economia local associada a uma forte presença populacional no meio rural. Se compararmos com os demais municípios da região da AMESC, e o próprio Estado de Santa Catarina, verificaremos que a importância econômica do setor primário e seu caráter absorvedor de mão-de-obra é mais acentuado em Santa Rosa do Sul. Assim, para 1991, a AMESC apresentou uma participação minoritária do setor primário (na ordem de 34,6%) e o Estado de Santa Catarina um percentual de 30,8%, enquanto que em Santa Rosa do Sul esse percentual era de 54,6%”. (CABRAL NETO, 2001).

Conforme informação do site da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul “as seguintes localidades formam o Município: Vila Bitencourt, Novo Horizonte, Lageado, Linha

Tamandaré, Peroba, Pontão, Sanga D´Areia, Forquilha do Cedro, Bela Vista, Vila São Cristóvão, Jaguarari, Glorinha e Vila Nova”, bairro onde fica localizado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio e a agrovila Vila Nova.



Figura 2 - Vista aérea do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

2.2. Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

Para compreender a criação, e a localização em Vila Nova, de uma instituição federal de ensino mencionamos a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº. 301, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto nº. 66.882, de 16 de julho de 1970, que tem como finalidade planejar e promover a execução do desenvolvimento da Região Sul, coordenando e controlando a ação federal nessa região.

A construção de uma escola era outro plano que fazia parte do grande projeto e ela funcionaria como suporte técnico de toda a estrutura que estava sendo erguida. Ela foi concebida, em princípio, para oferecer o curso de técnico agrícola com o currículo voltado fortemente para a área de drenagem e irrigação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio fica localizado a 15 km da rodovia BR 101. Foi criado, primeiramente, com o objetivo de atuar como uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis.



Figura 3 - Aspecto parcial do início da construção da escola na segunda metade da década de 1980.
Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

A Instituição foi inaugurada em 5 de abril de 1993, passando a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993. Foi transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731. Em 28 de março de 1994 entrou em funcionamento. A lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a transforma em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

A Escola, desde o início das suas atividades, oferece o ensino médio aos alunos e, também, cursos técnicos. Começou oferecendo o Curso Técnico em Agropecuária, carro chefe da Instituição, mantido até hoje.



Figura 4 - Aluno do curso Técnico em Agropecuária no laboratório de ordenha.
 Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.



Figura 5 - Aluna do curso Técnico em Agropecuária no setor de olericultura.
 Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Aos poucos foi aumentando o leque de cursos e, atualmente, oferece outros cursos técnicos:

- Técnico em Turismo e Hospitalidade com ênfase em Turismo Rural;



Figura 6 - Alunos do curso Técnico em Turismo em viagem técnica.
Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

- Técnico em Informática.



Figura 7 - Alunos do curso Técnico em Informática em aula no laboratório de manutenção.
Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Além do ensino regular, a Escola oferece cursos básicos e desenvolve projetos de pesquisa com a efetiva participação de alunos da Instituição.

Foi difícil o caminho da Escola para chegar ao ponto de ser referência na sua região de abrangência, extremo sul de Santa Catarina, Litoral Norte e Campos de Cima da Serra do Rio

do Sul. Seus primeiros três diretores, professores Celso Luiz Lemos, Luiz Carlos Minussi e Fernando Dilmar Bitencourt esforçaram-se, juntamente com o conjunto de servidores da Escola, para implantar toda a infra-estrutura existente na Instituição, a qual é descrita a seguir:

Tabela 01: Metragem das áreas cobertas construídas.

01	Residência funcional grande	30m X 12m = 360m ²
06	Residência funcional média	20m X 12m (6 casas) = 240m ² x 6 = 1.440m ²
06	Residência funcional pequena	12m X 12m (6 casas) = 144m ² x 6 = 864m ²
01	Antiga creche	10m X 16m = 160m ²
01	Casa das bombas d'água	4,5m X 4m = 18m ²
01	Centro cultural	30m X 23m = 690m ²
01	Ginásio de esportes	50m X 29,3m = 1.465m ²
01	Semi-internato masculino	29,5m X 7,5m = 221,25m ²
01	Alojamento masculino	22m X 24m (2 blocos) = 1.056 m ²
01	Lavanderia	19m X 8m = 152m ²
01	Biblioteca	18,7m X 19m (2 pisos) = 355,3m ² x 2 = 710,6m ²
01	Auditório 1	25,7m X 14,5m = 372,65m ²
01	Refeitório/cozinha	25,5m X 28,6m = 729,30m ²
01	Sala dos professores	15,2m X 22m = 334,40m ²
01	Cantina e hall	23m X 9m = 207m ²
01	Bloco CGAE	17,5m X 37m = 647,50m ²
01	Bloco salas de aula	22,4m X 147,4m = 3.301,76m ²
01	Bloco DDE	11m X 36,5m = 401,50m ²
01	Bloco Administrativo	34m X 13,8m = 469,20m ²
01	Bloco Almoxarifado	43,9m X 16,4m = 719,96m ²
01	Agroindústria I	35m X 13,6m = 476m ²
01	Agroindústria II	17,4m X 10,4m = 180,96m ²
02	Acessos cobertos	236,5m X 3m = 709,50m ²
01	Casa de força	7,7m X 5,5m = 42,35m ²
01	Agri. I	12,8m X 6,8m = 87,04m ²
01	Carpintaria/garagem/mecânica	38,2m X 33,2m = 1.268,24m ²
01	Sala de aula de mecanização	21m X 7,8m = 163,80m ²
01	Garagem de tratores	22,8m X 10,5m = 239,4m ²
01	Laboratórios	40m X 15,8m = 632m ²
01	Galpão atrás do museu	9,5m X 6,6m = 62,70m ²
01	Museu	27,7m X 9,3m = 257,61m ²
01	Silvicultura	16m X 6,6m = 105,60m ²

01	Fábrica de peixes	19,1m X 15m = 286,50m ²
01	Abatedouro de aves	13,2m X 8,2m = 108,24m ²
01	Abatedouro de bovinos/suínos	16,8m X 8,2m = 137,76m ²
01	Alojamento Feminino	32m X 10m = 320m ²
01	Lab. Veterinário/auditório	58,1 m X 10m = 581m ²
01	Galpão cunicultura	18m X 4,7m = 84,60m ²
01	Galpão ovinos/caprinos confinados	18m X 4,7m = 84,60m ²
01	Sala de aula Agri. I	13,2m X 11,2m = 147,84m ²
01	Sala de aula Agri. II	13,2m X 11,2m = 147,84m ²
01	Sala de aula Zôo. I	17,6m X 11,2m = 197,12m ²
01	Sala de aula Zôo. II	14,7m X 11,2m = 164,64m ²
01	Galpão depósito/aves postura	32m X 10m = 320m ²
01	Sala de ordenha	11,9m X 11,1m = 132,09m ²
01	Galpão gado leiteiro	58,5m X 12m = 702m ²
01	Silo	13m X 10m = 130m ²
01	Galpão anexo ao silo	19,2m X 10m = 192m ²
01	Galpão ave de corte	32m X 10m = 320m ²
01	Galpão ovinos/caprinos	32m X 10m = 320m ²
01	Pocilga I	49m X 11,2 = 548,80m ²
01	Pocilga II	22,4m X 11,2 = 250,88m ²
01	Casa do CAE	5m X 3,7m = 18,50m ²
01	Casa do gás	7,6m X 2,4m = 18,24m ²
01	Guarita I	14m X 6,3m = 88,20m ²
01	Guarita II	4,8m X 3,8m = 18,24m ²
TOTAL		23,864,41m ²

A Escola foi iniciando, aos poucos, sua atuação junto à comunidade regional e hoje possui abertura para estar presente em diversos eventos e participa de tomadas de decisão, em diversas áreas e situações, na sua área de abrangência. Para que a Escola possa atender às necessidades inerentes ao mundo do trabalho, está partindo para uma transformação, ainda que momentaneamente parcial, para o aspecto prático da interdisciplinaridade. Em várias ações internas as mais diversas competências estão sendo desenvolvidas junto aos alunos por meio de atividades multidisciplinares, visando à transmissão da informação de forma integrada. A Escola está passando por reformas estruturais, com as mais diversas obras e reformas.

A maior reforma, no entanto, que se concretizou no último ano foi a transformação do status de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio por meio da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Conforme a lei acima mencionada, devemos oferecer, no mínimo, cinquenta por cento das vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio. Vinte por cento para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de química, física, matemática e biologia. E, para a educação profissional e o restante de vagas, ou seja, trinta por cento, devem ter em vista os cursos de Bacharelado e Engenharia, cursos de Pós-graduação Lato Sensu de aperfeiçoamento e especialização, Stricto Sensu de Mestrado e Doutorado.

Conforme pronunciamento do nosso Ministro da Educação, Fernando Hadadd, estas são as características que colocam os institutos federais de educação, ciência e tecnologia em pé de igualdade com as universidades federais.

O grande objetivo da Lei nº. 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é “estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento sócio-econômico local e regional”.

Mostramos que nossa instituição pode cumprir o seu papel na nossa região de abrangência, extremo sul catarinense, apresentando a seguir nosso quadro de recursos humanos na evolução de crescimento iniciado em 1993.

Os recursos humanos são considerados bastante qualificados, em termos de formação, se comparados com as demais instituições de ensino da microrregião da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

Tabela 02: Servidores e nível de escolaridade.

Nível de Escolaridade	Docentes	Téc. Administra tivos
Pós-doutorado	01	00
Doutorado	06	00
Mestrado	24	07
Especialista	06	17
Graduados	01	15
Mestrandos	07	02
Ensino Médio	00	31
Total	45	72

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CGRH) - julho, 2009.

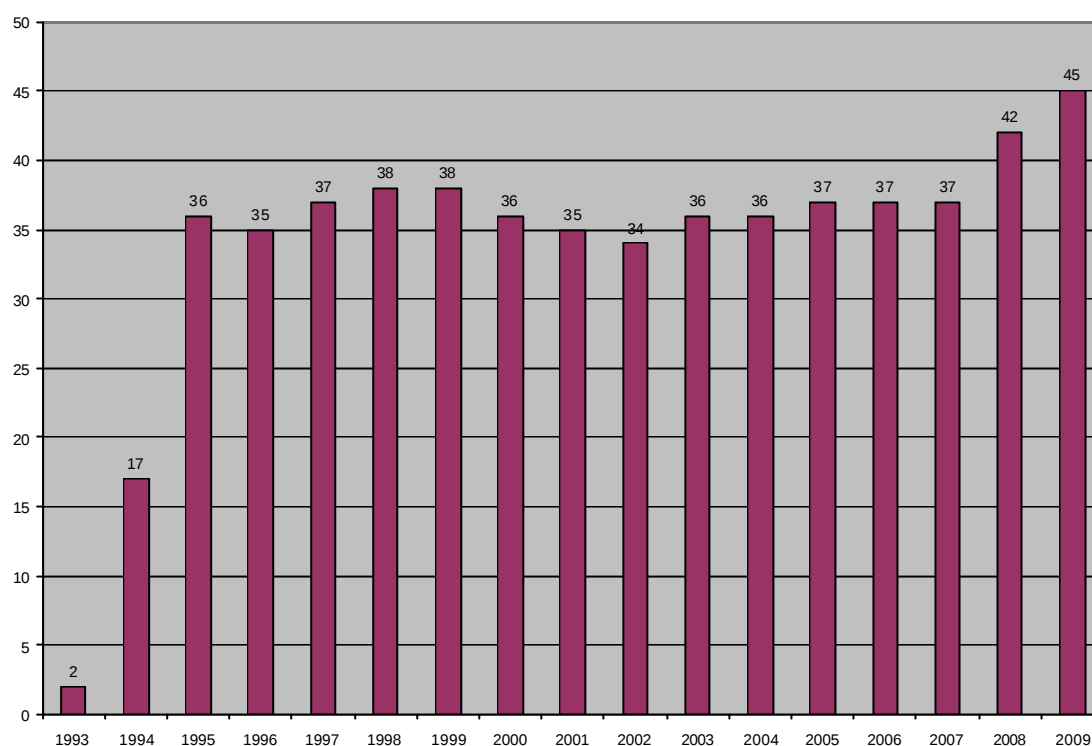


Gráfico 01: Evolução do quadro de Docentes (CGRH, EAFS, 2009)

O quadro de docentes, no final de 2007, era de trinta e sete efetivos. E, preparando a instituição para ser Instituto Federal, já se conseguiu neste período a autorização para efetivar mais oito docentes, sendo que já estão autorizadas mais treze novas contratações, em suma, a capacidade de ingressos de novos estudantes nos próximos anos será duplicada.

Mas um educandário não se faz somente com docentes. Temos um excelente quadro de apoiadores técnicos administrativos, conforme mostra o nosso gráfico, com a evolução, também, desde 1993.

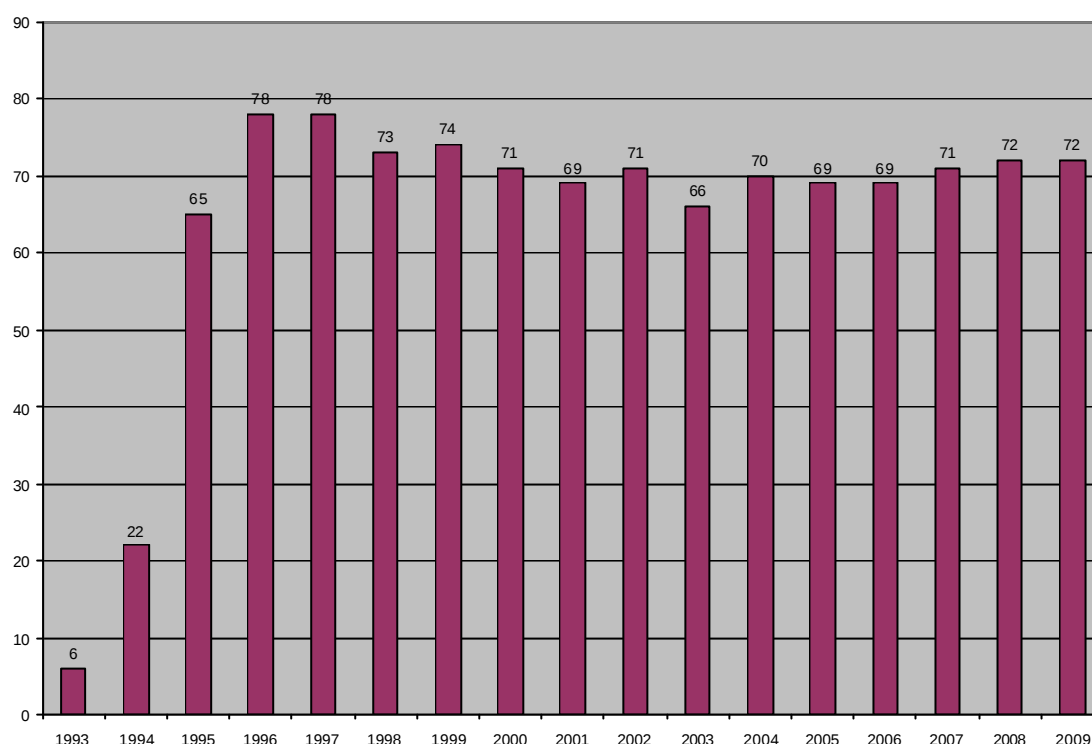


Gráfico 02: Evolução do quadro Técnico Administrativo. (CGRH, EAFS, 2009)

Para o cumprimento fiel de nossa missão, o Ministério da Educação também já liberou concurso para mais quinze técnicos administrativos, sendo seis de nível superior e nove de nível intermediário.

O atual Diretor-Geral, professor Adalberto Reinke, eleito pela comunidade escolar, de forma democrática, para um mandato de quatro anos (2008 a 2011) tem, em seu plano plurianual, a meta de aumento da infra-estrutura em 4.200 m² para acolher os novos desafios, sonhos da comunidade interna e da região de abrangência, que são:

Tabela 03: Descrição de obras em m².

<u>OBRA</u>	<u>M²</u>
Ambientes para agronomia	1.400
Alojamento	600
Ampliação da unidade de Sombrio	2.200
Total	4.200

O Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e EPAGRI, abriga uma estação meteorológica que envia mais de vinte informações online para as centrais controladoras em Florianópolis. Sua importância está no fato de auxiliar a prever com mais rapidez problemas climáticos como os que destruíram casas e comércios no litoral sul do Brasil, em 28 de março de 2002, que ficou conhecido como Furacão Catarina.

Existe ainda uma unidade descentralizada, denominada de Núcleo Avançado, localizada no Município de Sombrio, cujo prédio foi inaugurado no ano de 2009, com três andares, que abriga 02 laboratórios de informática, 08 salas de aula e um amplo ambiente

administrativo.

Atualmente existem 509 discentes oriundos de 54 municípios dos Estados de Santa Catarina - SC, Rio Grande do Sul - RS e do Paraná - PR, que fazem o curso técnico em agropecuária. Destes, 318 são internos, isto é, além de estudarem também moram em alojamentos, assim distribuídos: 235 no alojamento masculino e 83 no feminino. Os estudantes semi-internos são 190, sendo que 113 são do sexo masculino e 77 são do sexo feminino.

No núcleo avançado de Sombrio, são ministrados 02 cursos de Informática com 65 alunos, sendo uma turma que tem aulas no período vespertino e outra no período noturno com estudantes de PROEJA; e 01 turma de Técnico em Turismo e Hospitalidade, com ênfase em Turismo Rural, com 30 alunos matriculados que freqüentam as aulas no período noturno.

Segundo o Relatório de Gestão 2008 do Campus Sombrio, alguns indicadores nos dão uma visão da demanda pelos cursos oferecidos. Para quantificar e ter um indicador da oferta e demanda, foram consideradas as inscrições realizadas durante o ano de 2008 para o ingresso no começo de 2009.

Tabela 04: Demanda dos cursos oferecidos.

Ensino	Candidatos	Vagas	Indicador
Médio	1088	140	7,8
Técnico Agropecuária	1180	180	6,5
Técnico Informática	139	80	1,7
Técnico Turismo e Hospitalidade	71	40	1,8

Fonte: Relatório de gestão 2008.

Fizemos ainda um comparativo em relação aos interessados no ingresso nos anos anteriores e obtivemos os seguintes dados que revelam um número crescente de candidatos, uma vez que a nossa administração inovou em relação à divulgação do nosso exame de classificação, possibilitando, assim, aumentar consideravelmente o número de estudantes com reais possibilidade de ingresso na nossa Instituição.

Tabela 05: Relação Candidato x Vaga para ingresso no Campus Sombrio.

Ano	Relação candidato/vaga			
	Ensino Médio	Ensino Técnico		
		Agrop.	Infor.	Turis.
2004	1,9	1,9	-	-
2005	2,5	2,7	-	-
2006	2,9	1,9	-	-
2007	2,4	2,1	1,3	
2008	7,8	6,5	1,7	1,8

Fonte: Relatório de gestão 2008.

A nossa preocupação, como gestores, é sempre abrir mais as possibilidades de oportunidades aos jovens de nossa região de abrangência para poderem sonhar e realizar seus sonhos com o ingresso em nossa Rede Federal de Educação Tecnológica.

Estamos abrindo as inscrições para o vestibular, que se realizará em dezembro deste ano, com cinquenta vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica, cinquenta vagas para Licenciatura em Matemática e quarenta e cinco vagas para o Curso Superior em Tecnologia da Informação, dando início em nosso Instituto aos cursos superiores.

3. CAPÍTULO III - ASSENTAMENTO RURAL DE VILA NOVA.

3.1. População Rural e Assentamentos.

3.1.1. População Rural.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2000, mesmo com uma grande corrida destinada ao urbano, 18,8% da população brasileira ainda se concentra na zona rural; e na região em estudo, ou seja, o sul do país, este índice é de 19,1%, um pouco maior do que o nacional.

Conforme o Estudo das Referências Para uma Política Nacional, 32 milhões de habitantes da área rural encontram-se em franca desvantagem, tanto em termos de capital físico (recursos financeiros), quanto de capital sócio-cultural (escolaridade e frequência à escola) em comparação aos que residem na área urbana. Menciona ainda que, em se fazendo uma relação de renda entre estes dois setores, temos um rendimento do trabalho de R\$ 854,00 na zona urbana e, em contrapartida, o da zona rural recebe R\$ 328,00, ou seja, 38% a menos. Estes dados continuam ressaltando importantes indicadores da desigualdade social existente entre as áreas urbanas e rurais.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação afirma:

“Se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica [...] entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com este critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2%, e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país” (2007 p. 18).

Para toda esta população, mesmo que não considerada a proposta do INEP, os indicadores sociais e os voltados à educação sempre estão em desvantagem se comparados com os da população urbana.

Esses indicadores apontam para a necessidade de adoção de políticas voltadas aos que vivem no campo para reverter esta incômoda situação.

É importante ressaltar que a grande maioria desses trabalhadores pratica a agricultura familiar, isto é, mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. Esta força de trabalho destina-se prioritariamente ao seu próprio sustento, mas não exclui a produção de excedentes para o reforço de sua renda.

Costa Neto, no texto Agricultura Familiar e Renda da Terra, nos estimula a refletir sobre:

“a grande questão vai ser da interpretação das razões da permanência da agricultura familiar no panorama agrário e agrícola das sociedades contemporâneas. A continuidade deste referido tipo de agricultura vem desafiando as mais consolidadas teorias que a consideram ultrapassada e, mais do que isso, totalmente inadaptada ao desenvolvimento do capitalismo no campo” (1998, p.119).

3.1.2. Assentamentos.

O assentamento surge quando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) transfere para os trabalhadores sem terra, primeiramente aos assentados, a posse da terra a fim de que a cultivem e promovam o seu desenvolvimento econômico. Todo trabalhador sem terra que queira trabalhar individualmente, ou em regime de economia familiar, pode receber do INCRA um lote para produzir, com sua família, a sua subsistência.

O Governo sempre espera que, num segundo momento, após a ajuda de várias políticas públicas de apoio, o assentamento se torne independente e consiga encontrar seu caminho de crescimento.

Segundo Lopes (2001, p.10) “os assentamentos podem ser classificados segundo a origem dos assentados e o processo político que os instituiu”.

A primeira classificação se refere à origem dos que serão assentados. Quando são famílias do próprio município denominam-se de assentamentos endógenos e, se pelo contrário, são procedentes de outros municípios denominam-se de assentamentos exógenos. Além desta classificação existe, ainda, outra que caracteriza a origem do assentado quanto à maneira da conquista de terra: conflituosos, quando eles estiverem engajados em conflitos, e não-conflituosos, formados por famílias que não participaram de conflitos.

De acordo com Lopes (2001, p. 116) existem muitos que buscam incansavelmente algum lote, mas também existem os abandonos: “embora classificados genericamente com desistentes, as circunstâncias e as motivações que levam os assentados a deixarem o projeto são diversas e, [...] é preciso distinguir desde logo desistência, abandono e exclusão do lote”.

Conquistar um lugar no assentamento representa para o sem-terra a tentativa de busca por cidadania real. Conforme Souza (2002, p. 25 e 26)

“O acampamento é uma escola para os sem-terra; é a escola da vida onde vivenciam relações e situações sociais extremas - fome, conflitos pessoais, violência, sociabilidade, estratégias de ação e etc. O assentamento rural constitui-se na possibilidade de elaboração de projetos e de um modo de vida permeado de sonhos; passa-se de uma situação extrema - o acampamento - para uma situação de possibilidades limitadas - o assentamento rural”.

3.2. Histórico e Localização do Assentamento de Vila Nova.

Conforme o artigo intitulado “Aproveitamento hídrico e controle de inundação da bacia do Mampituba” a Sudesul realizou um diagnóstico que detectou, entre as áreas reprimidas economicamente, aquela que deu origem ao Projeto Litoral Sul de Santa Catarina - PLSSC.

“A partir de 1974, foi definida uma área no litoral Sul de Santa Catarina para implantação de um ‘Projeto de Desenvolvimento Hortigranjeiro’, abrangendo uma área de quinze mil e duzentos hectares nos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Santa Rosa do Sul. O Projeto de Desenvolvimento Hortigranjeiro foi intitulado ‘Projeto Sombrio’ por estar localizado em torno do Banhado do Sombrio. O Projeto Sombrio constitui-se em área-piloto de implantação, com início de execução do elenco de obras previstas, a partir de 1980”. (MONDARDO, MIELNICZUK, 2007).

Conforme a Engenharia Final do Projeto de Assentamento de População (P.A.P., Vol. 1 A, Relatório do Projeto - Ministério do Interior - Sudesul, dez. de 1982, p. 31):

“A área do projeto de assentamento de populações - P.A.P. - situa-se dentro da província geomorfológica denominada planície costeira, uma extensa área de terras situadas entre a orla atlântica, as escarpas e os primeiros contrafortes da serra geral. Trata-se de uma zona com diversos tipos de disposição de sedimentos: fluviais, depositados nos cursos finais dos rios descendentes do Planalto; lacustres, depositados nos lagos formados na região; marinhos, depositados mais próximos da orla e eólicos, depositados pelos ventos, formando os extensos campos de dunas que bordejam o litoral. Mais especificamente, o projeto será implantado em zona onde predominam os sedimentos de origem fluvial, provenientes das bacias dos rios Leão, Bonito e Canoas, envolvendo cerca de dois mil e oitocentos hectares de solos predominantemente orgânicos (Turfa Gravatal), com lençol freático elevado”.

Nesta área precária e não hábil para a produção se projetavam obras que iriam beneficiar conforme Mondardo e Mielniczuk:

“750 pequenas propriedades com uma população estimada de 6.500 pessoas e a criação de 1.100 novos empregos. As metas físicas contemplam: Construção da Barragem do Rio Bonito (6.000.000 m³); Barragem do Rio Leão (12.000.000 m³); Canalização de 28 Km de rios; construção de 103 Km de canais de irrigação de drenagem; 7 Km de diques de contenção; 60 Km de agrovias; 40 km de canais de irrigação; 5 pontes de concreto; 2 galerias e 40 pontilhões. No PAP, das 164 famílias, foram assentadas 51. O PAP tem, como estrutura básica, a agrovila com lotes urbanizados e lotes rurais. A viabilização dos assentamentos tem como base a drenagem e recuperação de áreas alagadas”. (MONDARDO, MIELNICZUK, 2007).

O projeto aprovado foi dividido em quatro setores: 1 - Plano de Assentamento de Populações (PAP); 2 - Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI); 3 - Área de Pecuária Intensiva (API) e, por fim, a 4 - Irrigação da Costa do Canoas (ICC), com o objetivo claro de desenvolvimento sócio-econômico desta área para incorporar novas áreas agrícolas e efetuar o assentamento de famílias de agricultores sem terra.

Para a coordenação e execução das obras previstas a SUDESUL se instala, em 1980, na localidade de Morro do Bino, pertencente à comunidade de Pontão. A tarefa inicial foi a demarcação topográfica das áreas destinadas à construção da Barragem do Rio Bonito, da Barragem do Rio Leão e os lotes para os assentamentos. Algumas destas áreas foram desapropriadas com recursos da União e outras eram terras devolutas que pertenciam ao Estado.

Em 1984 o setor ao qual pertencia o Plano de Assentamentos de Populações fazia a entrega dos primeiros lotes a título de indenização pelas terras que seriam atingidas pelas águas das futuras barragens. Estes agricultores foram assentados ao redor do Morro do Bino.

Para fazer um trabalho correto foi feita uma análise do terreno em função dos dados do levantamento plani-altimétrico e geológico, a fim de determinar o zoneamento básico e a forma de ocupação. Por ter características definidas no tipo de uso predominante, foram reservadas as melhores áreas, do ponto de vista pedológico, para uso agrícola, complementando-se com uma malha viária geral que permita o acesso às diferentes áreas do projeto.

Considerando o fator de acessibilidade e os raios de influência compatíveis com o tipo de uso, foram determinadas áreas de aproveitamento coletivo, agrupadas como equipamentos comunitários, serviços públicos e áreas verdes. Também foi considerada, na localização da agrovila, a presença de solos com melhores condições de suporte para a implantação das obras.

Esta fase do trabalho se voltará para o primeiro setor citado, qual seja o Plano de Assentamento de População.

O número de lotes destinados à habitação foi determinado em função do número total de propriedades rurais, atendendo àqueles que, por falta de condições físicas do terreno, não

poderão ter possibilidades imediatas de assentamento.

Desta forma, da totalidade de cento e duas propriedades rurais, foram considerados cinquenta e um lotes a serem assentados na agrovila, numa primeira etapa.

O lote residencial do Plano de Assentamento da População foi concebido com um enfoque diferente do lote típico urbano. Suas características específicas de área, aproximadamente de meio hectare, determinaram a necessidade de um ordenamento interno a fim de obter economia de escala. Desta forma foram consideradas quatro zonas no lote urbano.

A zona um foi destinada à implantação do núcleo de habitação com uma área aproximada de um dezesseis avos do total.

A zona dois é destinada a depósito de equipamentos, implementos agrícolas, galpões e área de manobra. Este local oferece fácil acessibilidade a partir da rua, assim como flexibilidade para localização dos prédios, usando como área de ocupação o equivalente a três dezesseis avos da área total.

A zona três é destinada para a pastagem de animais estabulados, semi-confinados e ocupará seis dezesseis avos da área total.

E, por fim, a zona quatro é destinada à horta familiar para auto-abastecimento e ocupa o restante, ou seja, seis dezesseis avos da área total do lote.

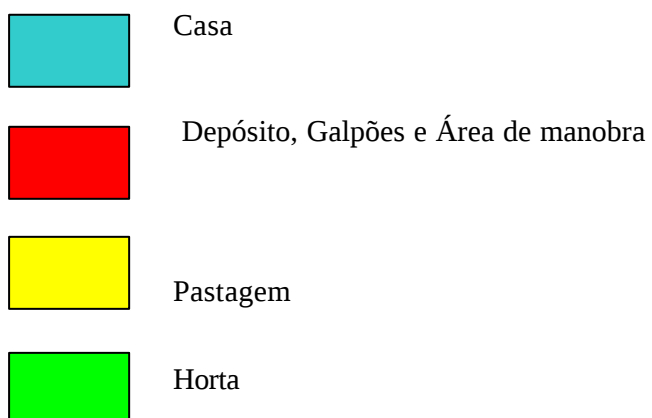
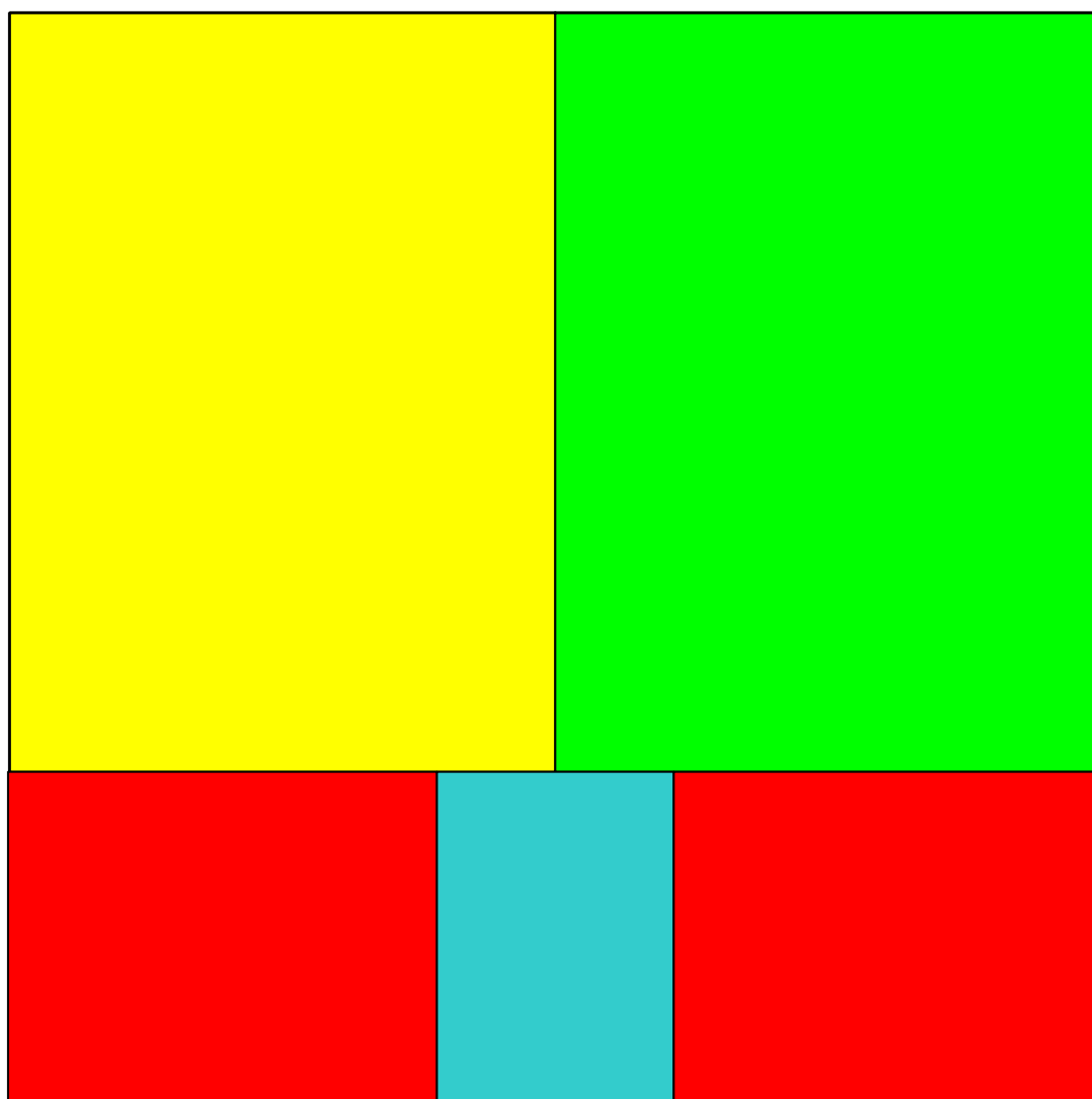


Figura 8 - Planta do lote na agrovila.
Fonte: Acervo Particular de Adalberto Reinke.

Conforme a Engenharia Final do Projeto de Assentamento de População (P.A.P., Vol. 1 D, Relatório do Projeto - Ministério do Interior - Sudesul, dez. de 1982, p. 351):

“Desenvolveu-se o projeto arquitetônico de uma residência padrão, mínima, que poderá ser complementada em função das necessidades do usuário. Os parâmetros iniciais considerados foram de uma família básica de dois a seis membros, ocupando uma habitação formada por varanda, sala de estar-jantar, cozinha, banheiro e dois dormitórios, com uma área construída no total de quarenta e quatro metros quadrados. No seu limite máximo de crescimento, a casa é aumentada em dois dormitórios, totalizando uma área construída de setenta e cinco metros quadrados e com a possibilidade de albergar de cinco a dez pessoas”.



Figura 9 - Vista da área destinada ao núcleo de habitação, depósito de equipamentos e implementos agrícolas e estufa de secagem de fumo.

Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Num segundo momento, em 1986, na área destinada à agrovila, houve uma nova leva de assentamentos, num total de 25 famílias de agricultores sem terra, e em 1989 foi executada a terceira etapa com mais 26 famílias.



Figura 10 - Vista parcial da agrovila Vila Nova.
Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

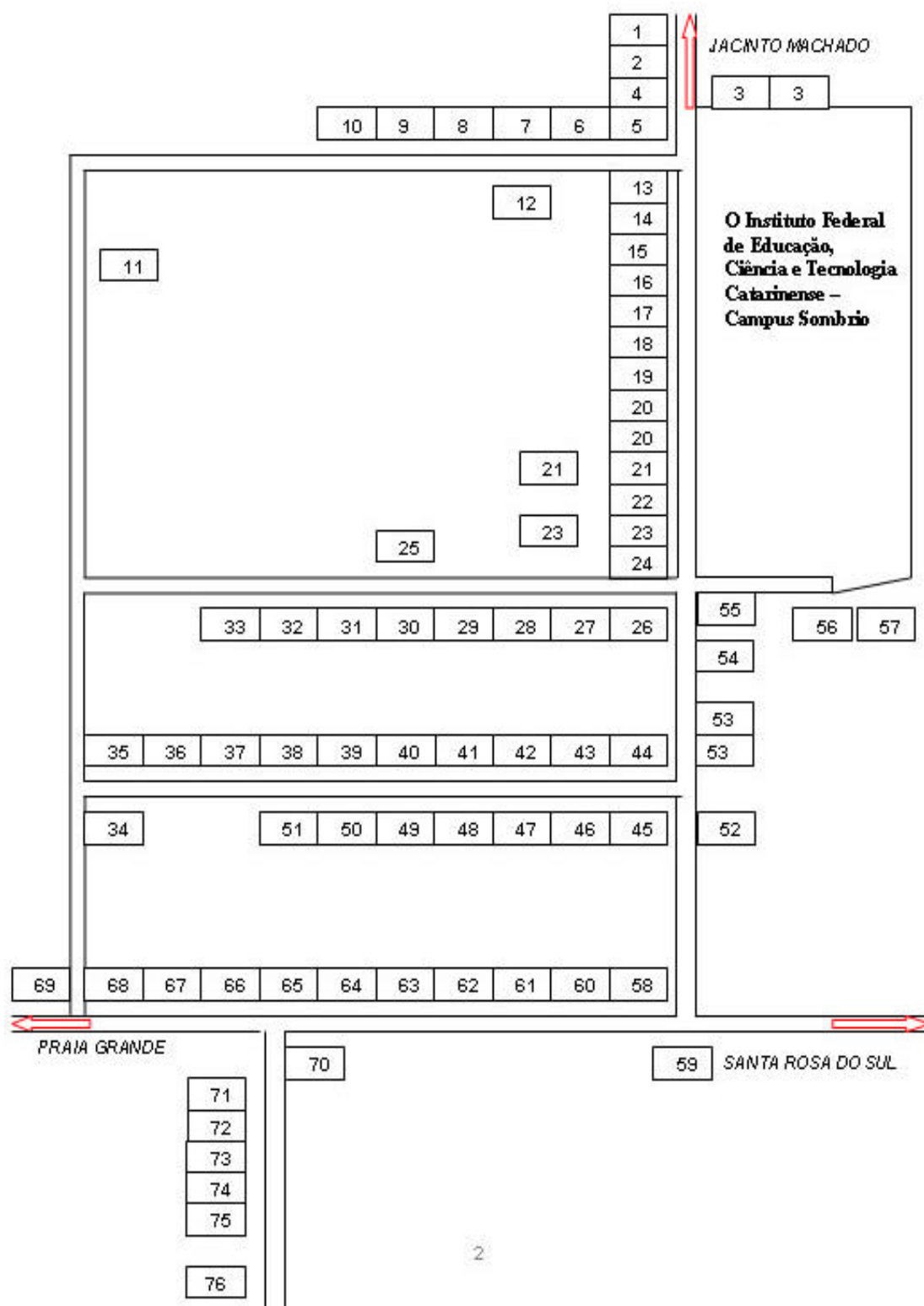


Figura 11 - Mapa localizando os residentes da agrovila Vila Nova.
 Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Tabela 06: Referência da numeração da figura 11.

Número	Nome do proprietário ou destino da construção
01	Neri Fogaça da Silva
02	COMÉRCIO
03	José Antônio Magenis
03	COMÉRCIO
04	Fanor Martins
05	João Carlos Duarte
06	Rosalino Pinto
06	IGREJA
07	Adão Leandro
08	Gentil Velho Machado
09	Murialdo Martins
10	Roni Cechinel dos Santos
11	Agnaldo Monteiro
12	Márcio José Martins dos Santos
13	Antônio Carlos Duarte
14	Lino Borges
15	Antônio Machado Monteiro
16	Natal Antônio Emidio
17	Teresa Alves Roldão
18	Raul Borges
19	Deivid Machado
20	POUSADA
20	POUSADA
21	Vanderlei Idolino Santana
21	Vanderlei Idolino Santana
22	Wilson Batista Borges
23	Heraldo Monteiro
24	Albino José Marcelino
25	Elenor Bitencourt
26	Felipe Fernando de Sousa
27	Genésio Borges
28	Remi Amaral Ferreira
29	José Walmir Mateus

30	Valdemar Santos da Silva
31	Manoel Santos da Silva
32	Olírio Alves de Sousa
33	Geneseu Machado da Silva
34	Nivaldo Duarte
35	Sebastião Pimentel Rossa
36	Luciano Vieira
37	Viúva (ausente)
38	César Carlos Duarte
39	Valdinei Pinto
40	Manoel Souza Matos
41	Vanderlei Monteiro
42	Fábio Pereira Paulo
43	Paulo Colares Paulo
44	João que comprou a casa do Tato
45	Emerson Fraga da Silva
46	Andrenei Santana dos Santos
47	Clair Mateus
48	Nascimento Alves Mateus
49	Pradelino Dias da Silva
50	João Luiz Santos da Silva
51	Valério Mário Kloos
52	IGREJA
53	ESCOLA
53	ESCOLA
54	GARAGEM DA ASSOCIAÇÃO
55	POSTO DE SAÚDE
56	IGREJA
57	CENTRO COMUNITÁRIO
58	Adão Zefino
59	Alacleto Borges
60	Dona Inácia
61	José Mire
62	Éderson da Silva
63	Casa abandonada

64	Fabiano Pacheco da Rosa
65	José Carlos Bitencourt
66	Everaldo Carlos Duarte
67	Evani Alves
68	Antônio Manoel de Matos
69	Murialdo Martins
70	Jocemar Vefago Borges
71	Roni Cechinel dos Santos
72	Ireno santana dos Santos
73	Adílio Réus
74	Zenito Farias da Rosa
75	Aldo João Bitencourt
76	Ilton Bitencourt

Foi escolhida, ainda, uma área de uso comunitário com fácil acessibilidade que está formada pela reserva de área destinada a: escola, templo ecumênico, ambulatório, comércio, mercado público, cooperativa, unidade agro-industrial e área verde, totalizando uma área equivalente a onze por cento da área total da agrovila.



Figura 12 - Vista da Igreja e do Centro Comunitário.
Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

Tudo transcorria dentro de certa previsibilidade até que em 16 de março de 1990, no dia seguinte ao da posse, o Presidente Fernando Collor de Melo lançou seu programa de estabilização, o Plano Collor. Este plano além de confisco monetário, congelamento de preços e salários tomou medidas duras de enxugamento da máquina estatal, como a demissão em massa de funcionários públicos, a extinção de autarquias e entre elas a SUDESUL.

Logo, ocorreu a paralisação de todo o elenco de obras que estava em andamento, provocando um abandono quase total, gerando, com isto, sérios prejuízos e descréditos na população em relação à atuação governamental na região.

Segundo Mondardo e Mielniczuk (2007), durante o período de paralisação o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura (SDRA), criou um Grupo Técnico Interinstitucional, que procedeu a uma avaliação e definição de prioridades para a retomada do Projeto Sombrio, o qual não chegou a ser levado a termo.

Logo em seguida, a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) que iniciou suas atividades em 1964 em Tubarão - SC, e teve sua transformação em Universidade em 1989, orientada pelos seus principais objetivos, busca a consolidação como instrumento de inovação e apoio às transformações permanentes da sociedade, apostando nas parcerias e aliança com um modelo de gestão participativa que se preocupa com esta parte parada do Projeto Sombrio, e adota algumas medidas para tentar minimizar o prejuízo para a região atingida.

As medidas iniciais tomadas pela UNISUL foram:

“a) Reestruturação e implantação do seu Curso de Agronomia no seio do Projeto Sombrio, junto à ex-Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - EAFS, através de Convênio UNISUL/MEC, com participação da EAFS; b) Realização do Seminário Workshop de Reativação do Projeto Sombrio, coordenado pela UNISUL, em conjunto com a EAFS, Ministério de Integração Regional - MIR/ SDRA-SC, em Santa Rosa do Sul, em junho de 1994; c) Acordo de Cooperação Técnica entre o MIR e UNISUL, para a reativação do Projeto Sombrio, a preservação do acervo Técnico-Científico e administração dos bens patrimoniais pertencentes ao MIR, existentes no âmbito do Projeto”. (MONDARDO, MIELNICZUK, 2007).

A partir disso, a UNISUL e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio trabalharam em conjunto para, inicialmente, fazer com que a comunidade local voltasse a acreditar no sonho interrompido. As duas instituições, sem medir esforços, labutaram na reativação do projeto. Foram convocadas várias forças institucionais e, também, pessoais para fazer parte da busca de soluções para o recomeço das ações. Depois de várias reuniões, em 1995, nas dependências do Instituto Federal, o grupo apresentou um Plano para Redimensionamento Estratégico e Operacional e, a partir deste momento, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura, se empenha na busca de ajuda na Secretaria de Recursos Hídricos, no Ministério do Meio Ambiente e na Amazônia Legal.

Depois de montado todo esse aparato de apoio, e aqui vale lembrar a criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIRJAM), que teve como objetivo o agrupamento dos agricultores que já estavam sendo, em parte, beneficiados pela água para a irrigação de suas plantações provenientes da Barragem do Rio Bonito, que já estava concluída, é que novamente recomeçaram algumas obras. Entre as obras que merecem destaque estão a conclusão da Barragem do Rio Leão, a redragagem de alguns canais e, por último, a finalização da dragagem dos macro-canais. Durante a execução das obras citadas, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SDRA, repassou o patrimônio para a COOIRJAM e determinou que a mesma assumisse gradativamente o gerenciamento total das duas barragens com o controle e a distribuição das águas.

As ações pararam por aí. Nem a UNISUL e nem o Instituto Federal deram uma

continuidade de acompanhamento após a conclusão das obras previstas, e nem o Governo continuou assentando mais trabalhadores rurais sem terra na área. A EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) deu, no começo, uma pequena assistência aos assentados, mas depois também os abandonou.

E, passado mais de quinze anos, permanece a indefinição quanto à titulação das terras causando sérios problemas, pois eles não têm acesso a financiamentos, uma vez que não existe documentação oficial das terras.

Esta vila é formada por assentados que praticam a agricultura familiar.

É fundamental: na análise, nas opções de solução e, futuramente, na implementação das propostas, que todas as pessoas envolvidas estejam compartilhando os mesmos objetivos e a firme busca da melhoria, entendendo que a organização é um sistema composto de numerosas partes interdependentes e interligadas onde, tanto a visão do todo, como de seus componentes e suas interligações é importante.

O texto a seguir mostrará o diagnóstico completo da realidade em que vivem os habitantes do assentamento de Vila Nova e as necessidades levantadas por eles para uma melhor qualidade de vida.

3.3. Diagnóstico do Assentamento Vila Nova.

A pesquisa voltou-se para dois grupos distintos das sessenta e seis famílias residentes neste assentamento, ou seja, trinta e sete famílias de agricultores e vinte e nove famílias de não-agricultores.

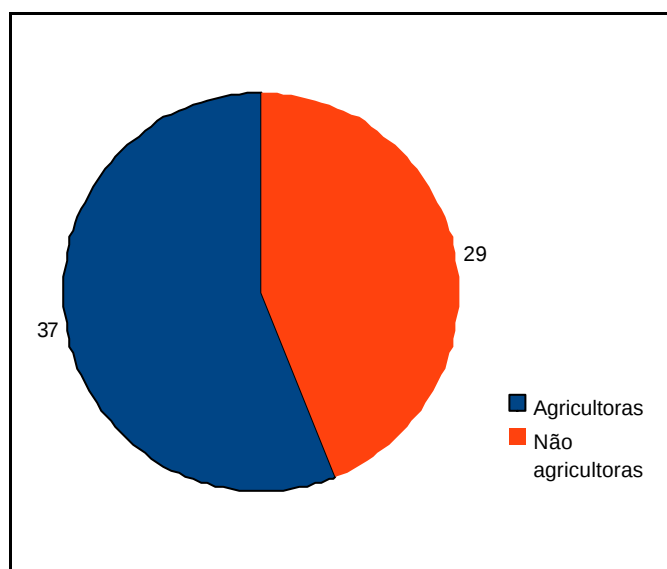


Gráfico 03: Classificação das 66 famílias.

Das trinta e sete famílias de agricultores foram pesquisadas trinta famílias, ou seja, o percentual atingido foi de 81%.

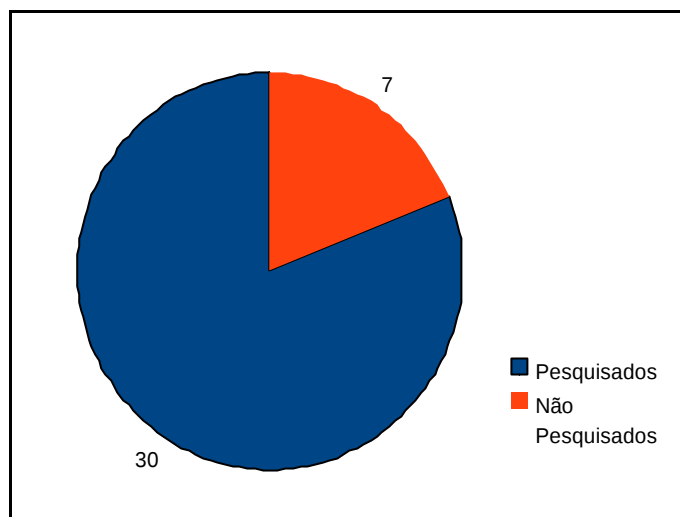


Gráfico 04: Classificação das famílias agricultoras.

Das vinte e nove famílias de não agricultores foram pesquisadas vinte e três famílias, ou seja, o percentual atingido foi de 79,3%.

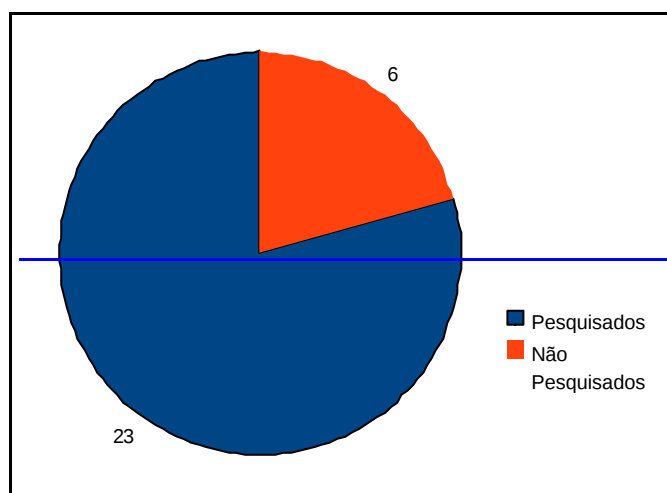


Gráfico 05: Classificação das famílias não-agricultoras.

Um questionário foi aplicado para a obtenção dos dados principais. A entrevista foi realizada com assentados que representam a liderança local e com os primeiros que se instalaram na nova área.

Apresentaremos os dados levantados na mesma sequência usada no questionário, qual seja: Identificação dos agricultores; Características da Comunidade; Organização Social; Educação; Saúde; Melhoramentos e Estudos aplicados para todos os pesquisados. Meio Ambiente e Produção somente foi aplicado aos que exercem com exclusividade a agricultura.

3.3.1. Identificação dos Agricultores.

Das trinta famílias de agricultores, vinte e duas tem na agricultura a única fonte de renda; cinco famílias estão passando do status de agricultoras para empregadas, sendo que ainda a maior fonte de renda provem do campo; duas famílias, além do serviço na roça exercem outras atividades particulares paralelamente; e uma família tem como chefe a viúva que complementa sua renda com a pensão do marido falecido.

As esposas dos referidos agricultores também mostram um abandono das atividades agrícolas porque somente três delas exercem com exclusividade o acompanhamento de seus esposos na lavoura; três labutam na roça e ainda fazem os serviços domésticos; onze cuidam somente das atividades do lar; seis delas são empregadas assalariadas; uma exerce atividades distintas às citadas e cinco famílias não têm mais as esposas em seus convívios pelo motivo de falecimento.

Convivem ainda com seus pais, quarenta e sete filhos, o que representa 1,5 filho por família, o que não acompanha a realidade brasileira. Dados do IBGE 1999 revelam que as mulheres com nível de instrução mais baixo tinham em média 3,1 filhos. Na Vila Nova isso se justifica e dá realidade a este número, uma vez que estas famílias que ainda exercem a atividade primária estão aqui há aproximadamente vinte anos e, então, ou os filhos já montaram famílias, ou saíram para buscar outras oportunidades.

3.3.2. Identificação dos Não-Agricultores.

Das vinte e nove famílias de não-agricultores foram pesquisadas vinte e três. Vinte e um esposos são servidores terceirizados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio, exercendo atividades de serviços gerais nos diversos setores da agricultura, da pecuária, da agroindústria, da mecanização, da vigilância, da limpeza e do ajardinamento; um trabalha como servidor da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nosso Município; e um faz trabalhos diversos como diarista em qualquer setor.

As esposas dos referidos pesquisados exercem, também, diferentes funções, sendo que, quatorze delas, permanecem em casa a procura de emprego e exercem somente atividades do lar; sete são servidoras terceirizadas no Instituto Federal e exercem atividades diferenciadas como auxiliar no restaurante, limpeza, trabalho na agroindústria e na lavanderia.

A prole das vinte e três famílias de não-agricultores residentes no assentamento de Vila Nova é de trinta e um filhos, ou seja, 1,3 filho por lar, o que ainda é menor, comparado ao índice médio das agricultoras vilanovenses. O que pode explicar isso é que são casais novos, oriundos de famílias assentadas há mais tempo e, por isso, famílias muito novas.

3.3.3. Características da Comunidade.

A denominação do lugar, desde o começo, foi Vila Nova e este faz referência a um lugar novo, um novo começo. Foi escolhido em reunião com os moradores. Nesta reunião, lembram os senhores Heraldo Monteiro, Jocemar Vefago Borges e Manuel Souza de Matos, o nome de Boa Esperança também foi sugerido, mas foi descartada esta possibilidade, pois no Município já tinha este nome em outra localidade. Talvez por ter aproximadamente vinte anos, mais da metade das famílias já não sabia o porquê do nome.

3.3.3.1. Época em que se Fixaram no Assentamento.

A primeira família, das que ainda residem na Vila Nova e se fixou no ano de 1987, foi a do agricultor Lino Borges e, também neste ano, ainda veio para a Vila Nova a família de

Fabiano Pacheco. Em 1988, dezessete das atuais famílias ocuparam o espaço reservado a elas. Do ano de 1989 a 1991 houve a fixação de mais quatorze famílias. As demais ocupações aconteceram nos anos posteriores a 1992 até o ano de 1998.

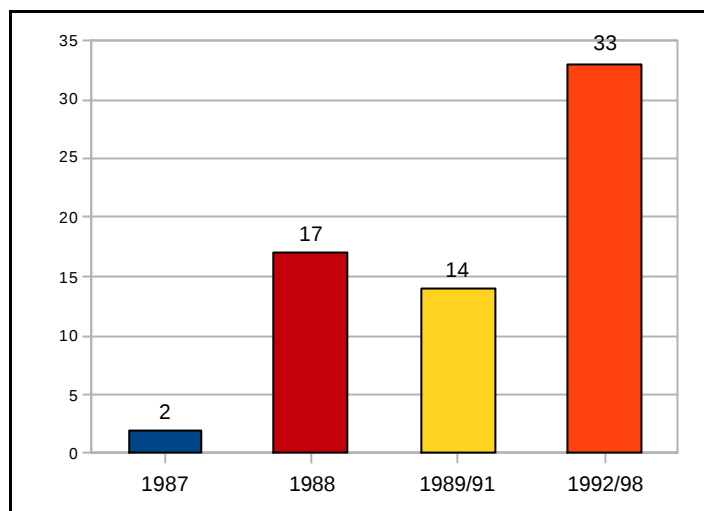


Gráfico 06: Demonstrativo de ocupação da Vila Nova.

Nos próximos cinco anos não houve movimentação de pessoal, pois era notícia circulante que seria considerada ilegal a ocupação que não fosse a da família original, dona do lote. De 2004 em diante começou novamente uma grande movimentação de compra e venda de casas e terras sem critério nenhum de controle. A grande maioria dos pesquisados que ainda sobrevivem somente da agricultura, veio para trabalhar na terra que ganharam por meio de um sorteio que foi feito entre as famílias que tinham interesse. Houve ainda referência à ocupação por falta de emprego na cidade, pela tranquilidade deste novo lugar, trabalho no bar local, na construção da escola, aproximação dos demais familiares e até há, hoje, uma família que saiu da cidade grande em busca de uma vida tranquila, para usufruir sua aposentadoria.

Das vinte e três famílias de não-agricultores pesquisados, quinze vieram pelo único motivo de terem recebido as terras e junto a casa na agrovila, ou para acompanhar seus pais. As demais famílias têm, entre outros motivos, a compra de terras, mesmo sem a documentação e transferência necessária; o trabalho na escola; o acompanhamento da família de parentes, enfim, a fuga da cidade grande para tentar um emprego terceirizado na escola.

3.3.3.2. Deslocamento.

No começo da ocupação houve a inauguração de um comércio que oferecia gêneros de primeira necessidade como alimentação e materiais de limpeza. O comércio principal fica a quinze quilômetros, e desde o começo, tinha linha regular de transporte público, mas somente da comunidade de Pontão até a cidade. Da Vila Nova até Pontão são quatro quilômetros, aproximadamente, e este trajeto os moradores faziam a pé, de carroça, a cavalo, de bicicleta, de carro ou de moto. De 1990 em diante a empresa responsável pelo transporte público estendeu o benefício até a Vila Nova.

3.3.3.3. . Moradias.

As casas que foram entregues a cada um foram construídas em madeira e, somente o banheiro, de alvenaria. Todas eram padronizadas.



Figura 13 - Residência original e comum no Bairro Vila Nova.

Fonte: Acervo Particular do Adalberto Reinke.

3.3.3.4. Terras.

As terras que cada agricultor recebeu também eram padrão para cada um, ou seja, o lote media em torno de dez hectares e, conforme descrição da grande maioria dos pesquisados, eram terras ruins, com muito banhado, com grande risco de enchentes e tomadas de mato com pequenas pastagens. Dois agricultores descreveram as terras recebidas como sendo de boa qualidade.



Figura 14 - Terras consideradas ruins.

Fonte: Acervo Particular do Adalberto Reinke.

3.3.3.5. . Primeiros plantios.

Logo após a preparação de pequenos locais para a plantação, foram eleitas as seguintes variedades de lavouras a serem implantadas: milho, aipim, arroz, feijão, cana-de-açúcar e fumo. No decorrer dos anos alguns implantaram pomares e, também pela falta de lenha para as estufas, alguns reflorestaram uma pequena área com eucalipto. Não há, até hoje, uma grande variação no que se planta em comparação com o começo da formação das lavouras.

3.3.3.6. Acompanhamento Técnico.

A Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul) foi destacada como órgão governamental para a instalação e acompanhamento dos assentados. Lamentavelmente, quando o Presidente Collor assumiu a presidência de nosso país, ele extinguiu, entre outros órgãos, a Sudesul. Muitos não reconhecem este acompanhamento como atividade de uma entidade governamental.

A partir da segunda metade da década de 1990 houve um tímido acompanhamento por parte da EPAGRI-SC (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) a todos os assentados.

3.3.3.7. . Atividades ocupacionais da família.

Os homens necessitavam labutar arduamente para fazer, inicialmente, o desmatamento das áreas e aproveitar a extração das madeiras para depois implantarem suas lavouras.

Algumas mulheres também acompanhavam seus cônjuges nestas tarefas. Outras, além desta colaboração, cuidavam da casa e da prole e algumas já exerciam atividades terceirizadas na escola.

A ocupação principal dos filhos sempre foi a educacional. Bem no começo, não existia escola no assentamento, somente na sede do Município e por isso alguns declararam a não existência de escola, por ser impossível locomover seus filhos a outras escolas na circunvizinhança por causa da grande distância.

Mesmo com a escola distante, os que tiveram oportunidade e condições não desperdiçaram a chance de estudar. Num segundo momento foi construída uma escola no assentamento dando oportunidade de estudo a todas as crianças da vila. No horário inverso ao do turno de dedicação aos estudos elas brincavam e algumas ajudavam seus pais nas atividades do campo.

Todos os pesquisados afirmaram que desde o começo do assentamento os serviços de energia elétrica eram fornecidos, o que minimizava as demais tarefas escabrosas de começar uma efetiva ocupação de terras devolutas.

3.3.3.8. . A fé.

Num novo local, com novos vizinhos, as pessoas encontraram apoio religioso. Logo, não existia uma igreja e um salão comunitário, o que só foi construído no final de 1990 e começo de 2000.



Figura 15: Interior da Igreja Católica da Comunidade de Vila Nova.

Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

3.3.3.9. . Relacionamentos e comemorações.

Cinco famílias de agricultores declararam que não conheciam outro assentado, morador da mesma agrovila, antes de se fixar na Vila Nova. Mas quatorze famílias de agricultores confirmaram na pesquisa que já conheciam pelo menos um do grupo do qual estavam começando a participar. Destes, alguns manifestaram que eram procedentes da mesma localidade de origem e, ainda, dentre eles, houve um entrevistado que já conhecia três ou quatro famílias vizinhas.

Todos ressaltaram que havia um bom relacionamento entre os novos vizinhos e isso existe na grande maioria dos casos até os dias atuais. Um destacou que a união para vencer proporcionou esta boa relação. Muitas vezes se conhece uma pessoa melhor em ocasiões festivas e elas ocorriam, inicialmente, no ambiente da escolinha local em várias ocasiões.

3.3.4. Organização social.

Vinte e sete pesquisados, o que representa 50%, se declararam participantes formais de conselhos, sindicatos ou igrejas existentes na comunidade. Esta participação se dá em assembleias ou reuniões. Essas organizações trazem benefícios para todos como: construção de casas populares; reformas de casas; construção de fossas assépticas; construção de banheiros; encaminhamento para tratamentos odontológicos; projetos para a instalação de uma agroindústria; padaria caseira; formação de uma nova associação, como por exemplo, a das mulheres; organização da água potável; cursos através do Projeto Micro Bacias; prestação de serviços com retro escavadeira a preço menor; trabalhos em prol da igreja e jantares

dançantes.

Esses melhoramentos não são suficientes pelas carências apresentadas no assentamento. E alguns indagados reclamam que estes órgãos deveriam atuar com mais intensidade, motivando e unindo as pessoas, deveriam buscar condições para trazer um dentista, um pediatra, tentar legalizar as terras e os terrenos da vila, enfim, estimular o sindicato para estar mais presente. Deveriam tentar unir mais o sindicato, o conselho e a associação para um trabalho conjunto e eficaz, e não cada um puxar para o seu lado, porque com isso, há uma tendência a piorar ainda mais. Uma voz que se diz insatisfeita com estas ações dos referidos órgãos.

Existe um reconhecimento, no entanto, de que a união de grupos, ou mesmo a individualidade, consegue incentivar setores como: a Prefeitura; o Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio; o Projeto Micro Bacias, da EPAGRI, do Estado de Santa Catarina; as bolsas do Governo federal; a Pastoral da Criança e o Padre Oscar, que trazem benefícios importantes à vila. Estes melhoramentos são em forma de cursos, sementes para o plantio, assistência técnica, distribuição de alguns alimentos, financeiro por meio das bolsas escola e família, agentes de saúde, aterros, limpeza dos valos e até ajuda para conseguir um emprego.

3.3.5. Produção.

Esta parte do questionário foi dirigida somente às famílias que se dedicam com exclusividade à sobrevivência da terra.

3.3.5.1. Culturas principais: produção e consumo.

As principais culturas desenvolvidas nestas terras que apresentam o lençol freático bem elevado são: milho, feijão, aipim, fumo, cana, moranga, pastagem, eucalipto e hortaliças.

Poucos agricultores souberam estimar com mais exatidão a área plantada com cada produto. Na grande maioria, são pequenas áreas ocupadas por cada espécie e, por isso, eles também não possuem dados de produção extraídos por cada área plantada ou por produto colhido.

Praticamente toda a produção de gêneros de alimentação é consumida pelas próprias famílias, com exceção das vendas de parte da produção de feijão e aipim. O fumo ainda é produzido por algumas famílias que informaram que sabem do excesso de uso de agrotóxicos, mas se ocupam com este cultivo por ser uma dedicação de pouco tempo, entre quatro e cinco meses, e rende mais do que se entregar ao plantio de hortaliças ou à produção de leite durante o ano todo. Outro fator de segurança é o financiamento para a produção e a certeza da compra do produto por parte das empresas fumageiras.

3.3.5.2. Atividade de produção e consumo animal.

Existe um rebanho bovino de duzentas e três cabeças de gado entre as famílias inquiridas, o que dá uma média de quase sete cabeças por propriedade. Não devemos esquecer que cada um possui apenas dez hectares de terra, o que mostra uma média boa. Entre elas existe gado de corte e gado leiteiro. Este levantamento mostra uma tendência da região em se dedicar à pecuária. Alguns fazem da pecuária seu meio de sustento, comprando, engordando e vendendo parte do rebanho.

Não existe rebanho caprino nem ovino entre os assentados de Vila Nova. Sabe-se que em áreas com muita umidade não se recomenda a criação dos referidos animais. A apicultura

também não é praticada nesta área.

Quase que a totalidade de agricultores possui um plantel de suínos e de aves de corte e postura.

As famílias produzem o leite, as galinhas de corte e postura e os suínos para consumo próprio ou, bem eventualmente, para a venda dos excedentes aos próprios vizinhos do assentamento ou no condomínio residencial do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

3.3.6. Meio Ambiente.

Em todos os meios de comunicação se defende, hoje em dia, a preservação de nosso planeta para entregá-lo às futuras gerações em condições absolutas para a sobrevivência. Não é diferente a atitude dos agricultores em voga, pois, na sua totalidade, afirmaram que não usam o fogo no manejo de suas propriedades. Todos ainda atestam que não existem caçadores ou pescadores que atuam em suas terras.

Lamentavelmente, onze dos trinta agricultores, ou seja, 1/3, demonstraram que ainda fazem uso de agrotóxicos em suas lavouras, na de milho, feijão, fumo, eucalipto, aipim, nas pastagens e nos valos que servem de drenagem das áreas de plantio, para que eles fiquem limpos, sem capim, para que a água não tenha o seu fluxo obstruído.

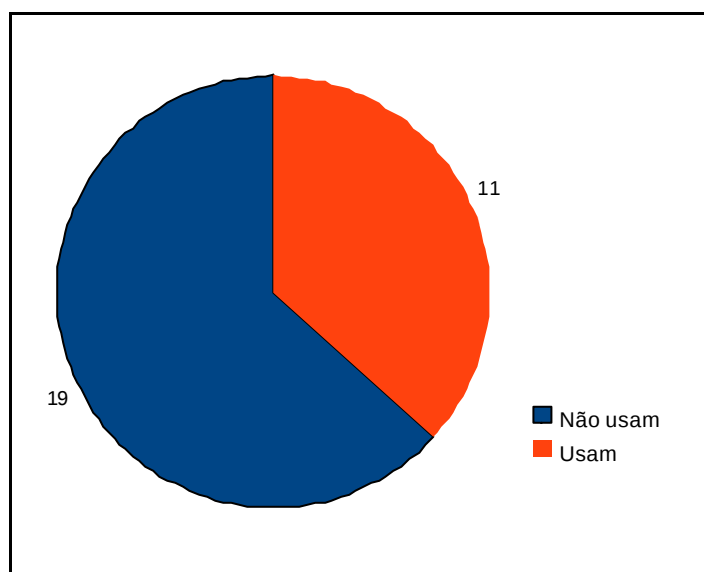


Gráfico 07: Demonstrativo de uso de agrotóxico pelos agricultores.

A maior parte dos donos das terras não respondeu quanto de mato ainda existe em sua propriedade, o que nos faz deduzir que não existe mais nada da mata original à disposição do senhor das terras. Dois deles dizem que têm ainda 10%, ou seja, aproximadamente um hectare de floresta; um alegou possuir 15%, o que equivale a um hectare e meio e, por fim, seu Aldo João Bitencourt declarou possuir ainda 20% de suas terras em mato, o que é igual a dois hectares. Concluimos aqui uma tragédia em vista, pois se considerarmos trinta famílias pesquisadas e cada uma com uma média de dez hectares, concluimos que, num total de trezentos hectares, somente cinco e meio hectares ainda são cobertos por mato nativo.

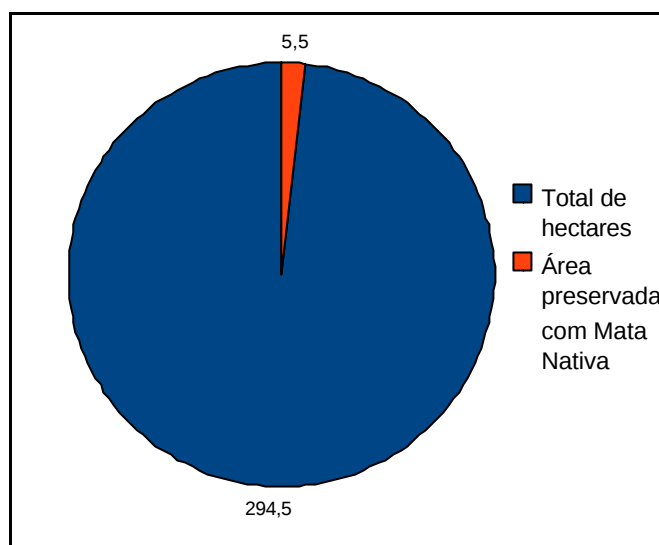


Gráfico 08: Demonstrativo de percentual de mata preservada.

3.3.7. Educação.

O questionário, quando se refere à educação, quer saber quais são as condições adequadas de escolarização inicial para os filhos menores, aqueles que precisam de oportunidades do primeiro grau, pois existe uma escolinha municipal ao dispor desta comunidade. A escola local se denomina Escola Municipal Irmã Inês Ogliari e oferece vagas da pré-escola até a quarta série do ensino fundamental.

Muitos assentados já não possuem filhos na escolinha e, por isso, os dados repassados não são confiáveis, são contraditórios, pois temos informações de quantidades muito diferentes entre os números efetivos de professores que atendem estes alunos. Os alunos que necessitam das séries posteriores são deslocados através de transporte escolar para outro Distrito do Município, denominado de Peroba. Neste local, existe a possibilidade da continuidade até a oitava série. O segundo grau do ensino médio é oferecido somente na sede do Município em uma escola estadual. O deslocamento destes alunos é feito pelo transporte escolar que funciona com regularidade e de forma satisfatória.



Figura 16: Escola Municipal.

Fonte: Fototeca do Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

A escola municipal Irmã Inês Ogliari funciona em dois turnos, ou seja, das 8:00 até às 11:45 horas e das 13:00 às 16:45 horas, todos os dias úteis da semana.

Os dados a seguir foram obtidos na própria escola por ocasião de uma visita para esta averiguação. Existem seis professores lotados na escola e eles se revezam da seguinte forma: três no período matutino e três no período vespertino. Os alunos matriculados são: treze na pré-escola, sete na 1ª série, cinco na 2ª série, cinco na 3ª série e nove na 4ª série, totalizando trinta e nove alunos.

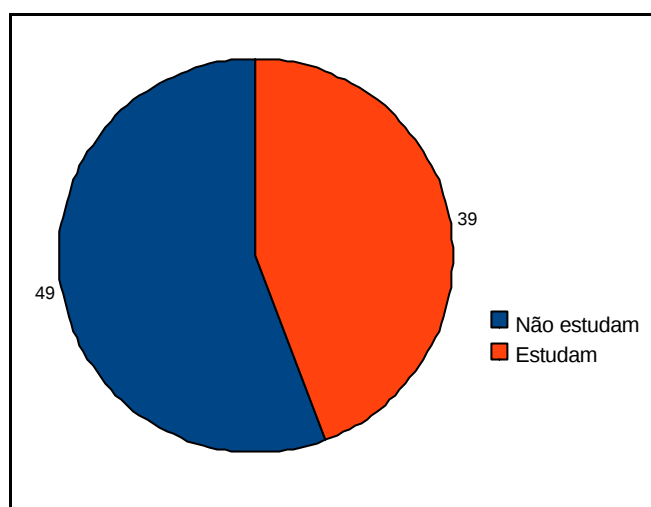


Gráfico 09: Relação da escola municipal e os jovens do assentamento

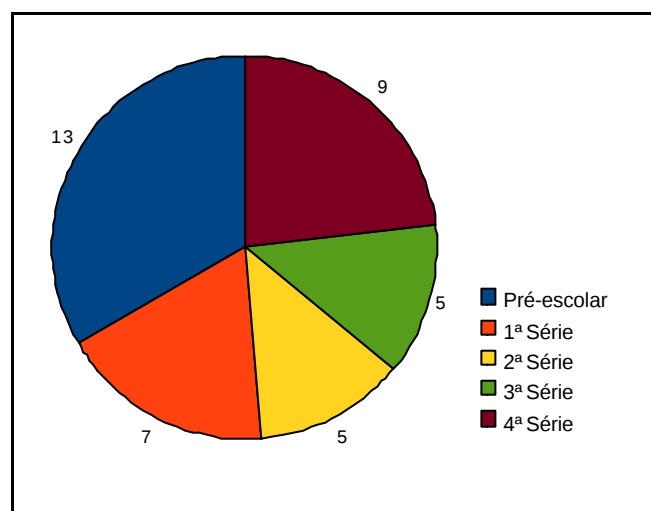


Gráfico 10: Demonstrativo de alunos por série

É oferecida a merenda escolar a todos estes alunos. A escola oferece de forma intercalada frutas, bolos, sopas, achocolatados, bolachas, arroz com leite, pães, sucos, biscoitos, macarrão, risoto e carreteiro com saladas.

3.3.8. Saúde.

Existe um Posto de Saúde no assentamento que atende a população durante os cinco dias úteis da semana com a presença de uma enfermeira e, durante dois dias, com a de um médico. Ainda não é oferecido atendimento odontológico neste posto, sendo que, os que dele necessitam, precisam se deslocar até a sede da municipalidade.

Conforme os informantes, eles procuram o atendimento da enfermeira ou do médico por causa de: pressão alta, viroses, resfriados, diabetes, diarréias, problemas na coluna, febres, dores de cabeça, verminoses, alergias, bronquites, dores de garganta, câncer, problemas cardíacos, asma, infecções diversas e dores no estômago. O Posto também oferece requisições

para exames de rotina que devem ser feitos na sede do Município ou nas cidades vizinhas de Sombrio, Araranguá e até Criciúma. Eles também estão ao dispor da comunidade para fazer curativos e dar orientações diversas.

Sempre que disponível, conforme os pesquisados, o Posto também oferece medicamentos gratuitos aos que deles necessitam. Geralmente são oferecidos remédios mais comuns como: Paracetamol, AS infantil e adulto, Cataflan, S. Ferroso, antibióticos, xaropes, Diclofenaco, Captopril, anti-inflamatórios, Ascardil, analgésicos, pomadas, anti-térmicos e remédios contra a pressão alta.



Figura 17 - Posto de Saúde da Comunidade.

Fonte: Fototeca Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio.

3.3.9. Melhoramentos.

A conquista de ser sorteado para receber terra e casa representou um momento novo na vida de cada família. Mas, com o gradativo abandono por parte do setor público, a situação se tornou difícil para eles. Conforme constatamos, o sonho de conquistar melhorias continua em cada assentado. Dos cinquenta e três que responderam ao questionário, cinquenta e dois, ou seja, 98,11%, se dizem confiantes em ainda ver implantadas algumas melhorias no local onde escolheram para viver.

Somente um se mostrou incrédulo, pois salienta que falta mais união entre os moradores. Mas, ele desacredita acreditando, pois gostaria de ver sua vila com saneamento básico e com iluminação pública.

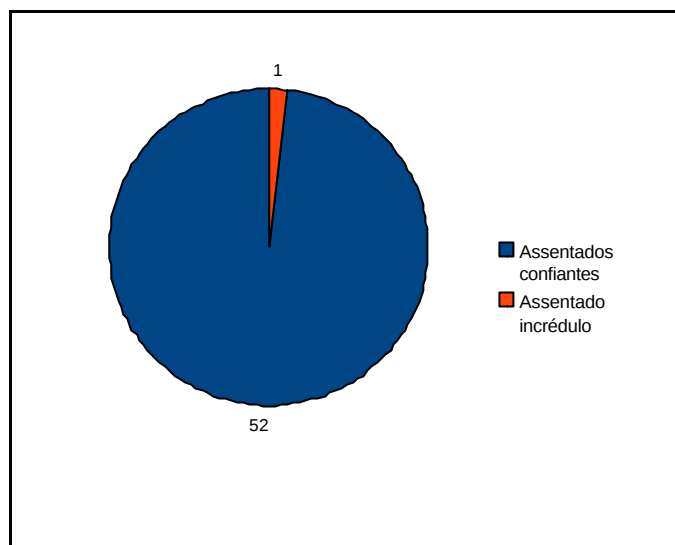


Gráfico 11: Demonstrativo do grau de confiabilidade em melhorias.

Os outros sonham em ver ainda, um dia, a Vila Nova com: calçamento ou asfalto, creche, médico pediatra atendendo no posto, mais empregos no Instituto Federal, água potável de boa qualidade, melhores estradas, uma indústria instalada, rede telefônica, drenagem, segurança, melhoria no transporte público, água da barragem para o plantio de arroz irrigado, agroindústria, dentista no Posto de Saúde, tratamento do esgoto, rede de internet, legalização das terras e dos terrenos, maior interatividade entre as pessoas, serviço de ambulância ao dispor no Posto de Saúde, policiamento, possibilidade de financiamento para comprar máquinas agrícolas e equipamentos, assistência técnica, comércio diversificado, parque infantil e chance para fazer um curso no Instituto Federal.

As donas de casa do assentamento também acreditam que existe possibilidade de serem implantadas algumas ajudas e sugerem, além das já citadas: um local para encontro de mulheres, palestras diversas de prevenção às drogas, salão comunitário gratuito para cursos, fábrica de costuras, melhorias nas casas e jardins com limpeza e pintura, cursos de corte e costura, clube de mães, oficinas de artesanato, associação para as mulheres e empregos específicos para as mulheres.

Os vilanovenses sugerem que estas melhorias deveriam ter o apoio irrestrito por parte da Prefeitura Municipal em primeiríssimo lugar; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio; dos diversos órgãos provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina; e da Associação dos Moradores e da Igreja.

4. CAPÍTULO IV - A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE -CAMPUS SOMBRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL DOS ASSENTADOS RURAIS DA COMUNIDADE DE VILA NOVA

Das vinte e três famílias de não-agricultores, nove famílias não têm nenhum membro que estuda ou estudou no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. Nas demais quatorze famílias existe, pelo menos um, que estuda ou estudou em um dos três turnos oferecidos pela escola.

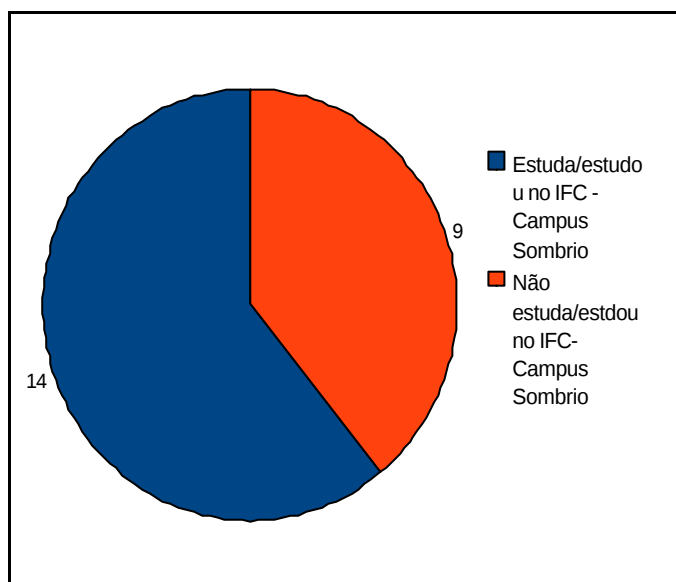


Gráfico 12: Demonstrativo de moradores não agricultores que já estudaram ou estudam no IFC - Campus Sombrio.

Com relação aos estudantes temos o seguinte levantamento: onze assentados cursam, ou cursaram, o Curso Técnico em Informática, seis o Curso Supletivo, quatro o Curso Técnico em Agropecuária, três o Curso Técnico em Turismo e dois estão na Tele sala - CEJA.

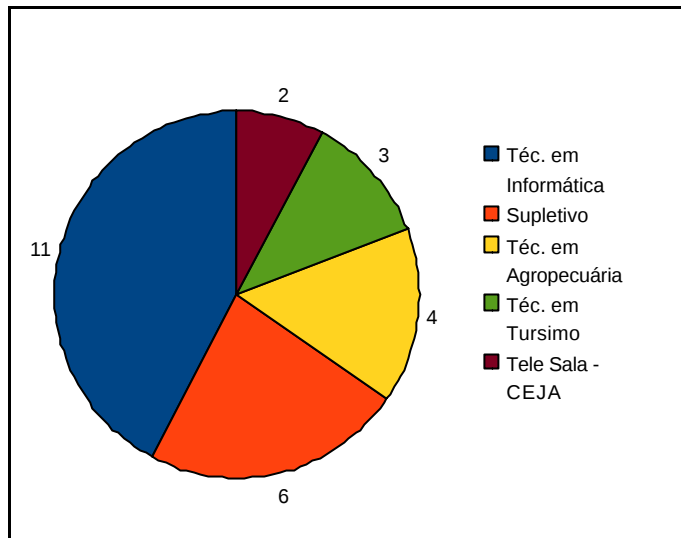


Gráfico 13: Cursos freqüentados pelos vilanovenses não agricultores.

Das trinta famílias de agricultores, treze não têm nenhum membro que estuda, ou estudou, no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. Nas demais dezessete casas, existe pelo menos um familiar que estuda, ou estudou, em um dos três turnos oferecidos pela escola.

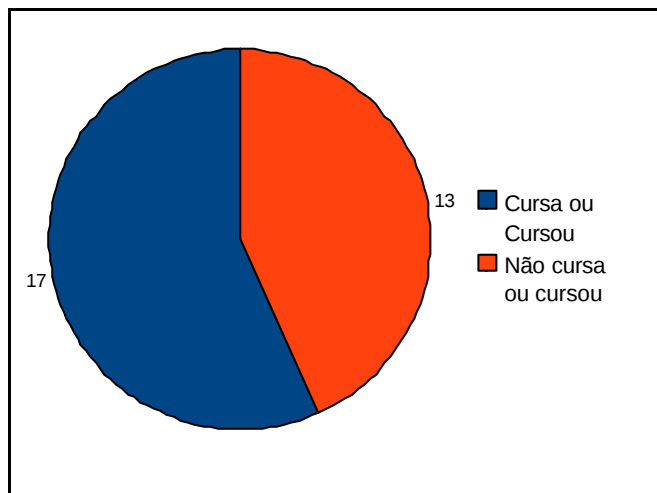


Gráfico 14: Demonstrativo de moradores agricultores que já estudaram ou estudam no IFC - Campus Sombrio.

Dez familiares cursam, ou cursaram, o Supletivo, sete no curso Técnico em Agropecuária, dois no Curso Técnico em Informática e dois na Tele Sala - CEJA.

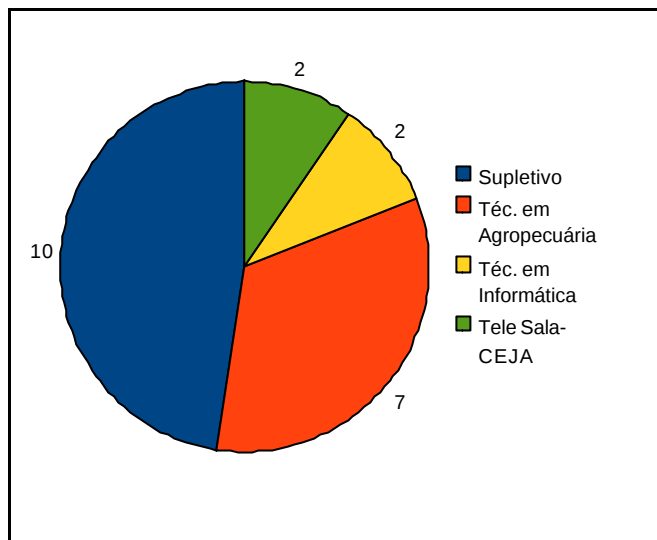


Gráfico 15: Cursos freqüentados pelos vilanovenses agricultores.

Uma das indagações foi no sentido de averiguar o interesse, da possibilidade, de alguém da família estudar no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio, e a resposta foi de que quarenta e nove famílias gostariam de colocar seus familiares para estudar, enquanto que somente quatro famílias não demonstraram este interesse.

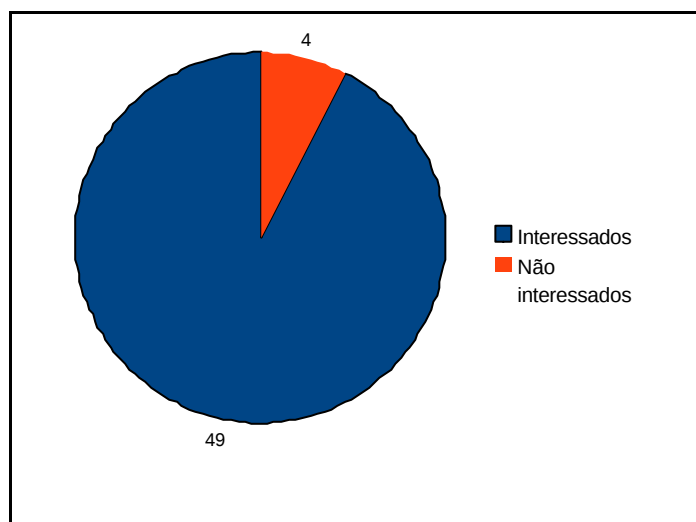


Gráfico 16: Interessados em estudar no IFC - Campus Sombrio.

A terminologia EJA é conhecida por muitos moradores do assentamento, uma vez que alguns já estudaram ou estudam no próprio Instituto, que tem uma sala ao dispor da comunidade com este fim. Os termos PROEJA E PRONERA não são do conhecimento dos assentados.

Existe, por parte dos moradores de Vila Nova, conforme o levantamento apontado no questionário, interesse em estudar no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio como segue: vinte e quatro interessados querem cursar o Curso Técnico em Informática, dezessete o

curso Técnico em Agropecuária, cinco o Supletivo, três Veterinária, dois Agronomia e um nos cursos de Mecanização, Técnico em Turismo, Técnico em Enfermagem e Curso Superior.

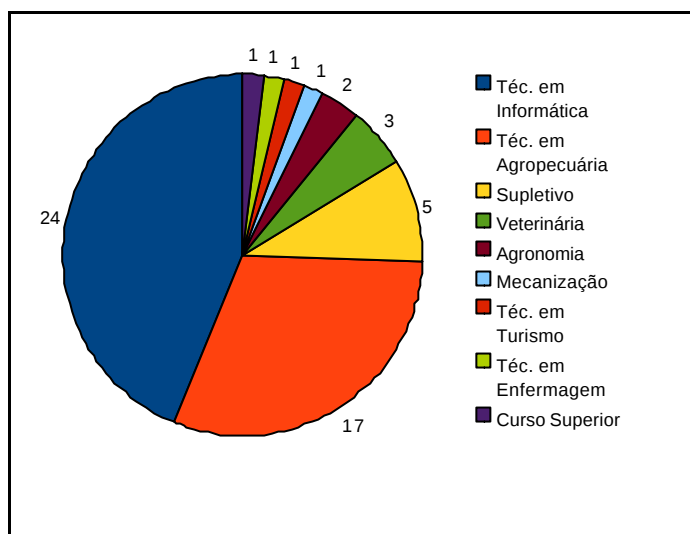


Gráfico 17: Demonstrativo de cursos de interesse dos vilanovenses.

A última inquirição se refere ao que cada um espera da Instituição de Ensino vizinha ao assentamento, a que eles responderem: a continuação de melhoria; a oferta de cada vez mais cursos; o apoio aos vilanovenses; a continuação da possibilidade de empregos; o desejo de crescimento, pois assim a Vila Nova também cresce e aí está o futuro dos filhos; a continuidade do oferecimento do ensino de qualidade; a possibilidade de apoio aos filhos que têm dificuldades de aprendizagem; a melhoria de salário e mais reconhecimento aos servidores terceirizados do Instituto, que na sua maioria são moradores do assentamento; a real oportunidade de poder estudar num dos cursos oferecidos; a possibilidade da formação do filho para depois ser docente de tão grandiosa Instituição; e a chance de desenvolver toda a região voltando-se ao apoio social.

No ano de 2006 iniciou-se em nossa instituição uma Tele Sala - Educação de Jovens e Adultos, de 5ª a 8ª série, vinculada diretamente ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA/Araranguá), sendo ele responsável pela certificação. O Projeto Tele Sala utiliza a metodologia do Tele Curso 2000, implementada no Estado de Santa Catarina por meio de parceria firmada entre a Secretaria da Educação e do Desporto, a Divisão de Ensino Supletivo (SED/DISU) e o Serviço Social da Indústria (SESI), que oferece ensino fundamental e médio para jovens e adultos. Este projeto foi implantado no Estado como metodologia de ensino para a modalidade de educação presencial. O Tele Curso 2000 é uma metodologia educacional que integra conteúdos do ensino fundamental e do médio, utilizando multimeios, com a finalidade de oferecer uma nova oportunidade de concluir os estudos para todos aqueles que, por algum motivo, não puderam fazê-lo no tempo adequado. Nas Tele Salas os alunos têm a sua disposição um equipamento de vídeo / DVD para assistir as aulas, um orientador de aprendizagem com licenciatura, capacitado no uso da metodologia e nos conteúdos programáticos que serão estudados, além de material didático e de apoio.

A primeira turma de ensino fundamental - Tele Sala de 2006/2007, iniciou em março de 2006 e concluiu esta etapa em agosto de 2007, e era formada por treze estudantes oriundos do assentamento.

A segunda turma do ensino médio - Tele Sala de 2007/2008, iniciou em setembro de 2007 e concluiu esta etapa em dezembro de 2008, e era formada por dezenove estudantes

provenientes do assentamento.

A terceira turma do ensino fundamental - Tele Sala de 2008/2009, iniciou em setembro de 2008 e irão se formar em dezembro de 2009. Esta turma é formada por vinte alunos, sendo que dez são provenientes do assentamento.

De acordo com a professora Luciana Minussi Winck, contratada pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, somente vinte estudantes, dos vinte e oito que se matricularam, ainda continuam freqüentando o curso regularmente e se encontram três vezes por semana. Exatamente a metade são alunos oriundos da Vila Nova e os demais são provenientes das localidades vizinhas de Pontão, Morro do Bino e Tenente. Um, inclusive, se desloca quinze quilômetros, proveniente da sede do nosso Município, para poder usufruir desta oportunidade. A média de idade dos estudantes vilanovenses é de vinte e nove anos e meio.

Ressaltamos, ainda, que oito alunos inicialmente matriculados começaram e desistiram, pelos mais diversos motivos apontados pela professora como: necessidade de se mudar de localidade para tentar emprego; não tinham com quem deixar os filhos menores; e, até um, por puro desinteresse de continuação dos estudos. Desses oito alunos, seis eram moradores do assentamento. Seis alunos se matricularam no início e nem chegaram a freqüentar nenhuma aula, sendo que cinco deles eram da Vila Nova.

Em uma das visitas à sala de aula que fizemos a este grupo, nos foi solicitado um curso de iniciação em informática, uma vez que tinham duas noites em que estavam livres e, pelo menos uma, poderia suprir a necessidade de também terem acesso à informática.

Prontamente atendemos ao pedido, pois tínhamos um laboratório completo sem utilização no período noturno. Um de nossos servidores, que é técnico em agropecuária e já exercia suas atividades no período da tarde e noite, se prontificou a ministrar este curso. Ele, Rudi Adalberto Winck, foi colocado em contato com a Coordenação de Integração Escola Comunidade (CIEC) do Campus Sombrio que é responsável pela elaboração dos conteúdos que são oferecidos nestes cursos de pequena duração, e eles definiram um curso de quarenta horas. Todos os vinte alunos matriculados na EJA freqüentam, nas quintas-feiras de noite, o curso de iniciação à informática.

CONCLUSÃO

A comunidade de Vila Nova, próxima à instituição, foi a área escolhida para ser diagnosticada, nesta dissertação, por ser uma comunidade carente que busca a melhoria de vida dos assentados rurais. A utilização da pesquisa participante contribuiu diretamente para buscar a resolução de problemas de interesse coletivo. As famílias do assentamento rural de Vila Nova e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio são os protagonistas principais. Sessenta e seis famílias residem no assentamento de Vila Nova distribuídas numa agrovila onde ocupam um pequeno lote urbano. Os lotes rurais, com área média de dez hectares, se localizam ao redor da agrovila. –O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio faz divisa com o assentamento.

Resumidamente, são as seguintes etapas usadas na pesquisa:

1 - Coleta de dados e informações com os seguintes instrumentos:

a) questionário - um instrumento importantíssimo na coleta de dados e todos os residentes foram convidados a participar;

b) Entrevista - foram selecionadas as pessoas de destaque e as mais antigas assentadas para serem entrevistadas;

c) outra técnica utilizada foram as observações pessoais in loco, pois agregam informações sobre as condições de trabalho, espírito de equipe, motivação e vários outros elementos de difícil relato através de entrevista ou questionário.

2 - Estudo e análise: depois de coletados, checados e organizados os dados e informações, a fase seguinte compreendeu o processo de análise.

Existiu a participação de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio residentes no assentamento.

3 - Fotografias para documentar o cotidiano vivenciado: todas as fotos que foram tiradas no Assentamento foram destinadas à Fototeca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio.

A dissertação consta de quatro capítulos assim denominados: o primeiro, que vem após a introdução, é uma busca de referencial teórico sobre Educação para o Trabalho; o segundo mostra a localização e o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio; o terceiro capítulo descreve e busca o referencial teórico sobre a população rural, assentamentos, histórico e localização do Assentamento de Vila Nova e o diagnóstico realizado no referido assentamento; o quarto capítulo apresenta a participação do Instituto no processo de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais de Vila Nova. Logo após é apresentada a conclusão da pesquisa, depois as referências bibliográficas e, por fim, os anexos.

O primeiro capítulo leva como título - PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO e resumidamente diz que o município de Santa Rita de Passa Quatro – MG, em 1948, de acordo com Caporal, “abre o caminho para a introdução de um serviço de Estado, cujo papel central é ‘educar’ o povo rural para modernizar suas atividades agrícolas e do lar” e os anos de cinquenta chegam com uma enorme força modernizante o que cooperou significativamente para expandir para o restante dos Estados da Federação a idéia de organização de serviços semelhantes. A partir deste período surgem com força alguns movimentos sociais no campo que pregam que esta educação deve assumir outro rumo, qual seja, a inclusão e a participação do público alvo na discussão de seus problemas e soluções. Nenhum governo, até agora, conseguiu sanar totalmente esta ferida e continua nos mostrando somente um atendimento mínimo a esta população que cada vez tem menos

condições de crescer. Houve, com a aprovação da Lei nº. 9.394, de dezembro de 1996, a primeira tentativa governamental séria de se dar atenção à escola como uma visão de medidas que se adequassem à vida do campo com suas especificidades resgatando, assim, uma dívida com a população rural. O grupo de assentados da agrovila Vila Nova, é resultado deste tratamento injusto dado a todos os que lutam na terra. Hoje felizmente existe uma “expansão da educação formal em nosso país, em todos os níveis, em consequência das mudanças no mundo do trabalho e nas formas de organização e participação social”, conforme Britto. O governo do presidente Luiz Inácio da Silva (Lula) tem demonstrado muito esforço na aplicação maciça de verbas na educação que demandam um grande “investimento em ciência e tecnologia e, como condição, a efetiva universalização democrática da educação”, conforme Frigotto, 2006, pp. 14 -15) e os futuros estudantes, oriundos da Vila Nova, deverão ser beneficiados com esta iniciativa, por intermédio do Instituto Federal Catarinense.

O segundo capítulo leva como título - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS SOMBRIO que sintetiza seu histórico e mostra que ele faz parte da rede das instituições federais de educação profissional e tecnológica e foi concebido com o objetivo de dar apoio à Vila Nova e desde o seu início oferece o ensino médio e também, cursos técnicos. Começou oferecendo o Curso Técnico em Agropecuária, carro chefe da Instituição, mantido até hoje aos poucos foi aumentando o leque de cursos e, atualmente, oferece outros cursos técnicos com Técnico em Turismo e Hospitalidade com ênfase em Turismo Rural e Técnico em Informática. Além do ensino regular a Escola oferece cursos básicos de pequena duração. A maior reforma que se concretizou em 2008 foi a transformação do status de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio por meio da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. E conforme esta lei, devem ser oferecidas, cinquenta por cento das vagas para educação profissional técnica de nível médio; vinte por cento para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de química, física, matemática e biologia. E, para a educação profissional e o restante de vagas, ou seja, trinta por cento, que devem ter em vista os cursos de Bacharelado e Engenharia, cursos de Pós-graduação Lato Sensu de aperfeiçoamento e especialização, Stricto Sensu de Mestrado e Doutorado. O Campus Sombrio está abrindo as inscrições para o vestibular, com cinquenta vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica, cinquenta vagas para Licenciatura em Matemática e quarenta e cinco vagas para o Curso Superior em Tecnologia da Informação, dando início no Instituto aos cursos superiores.

O terceiro capítulo leva como título - ASSENTAMENTO RURAL DE VILA NOVA e mostra que a partir de 1974, foi definida uma área no litoral sul de Santa Catarina para implantação de um ‘Projeto de Desenvolvimento Hortigranjeiro’ em que o Assentamento de Vila Nova fez parte. Para a coordenação e execução das obras previstas a SUDESUL se instalou, em 1980, na localidade de Morro do Bino. O lote residencial foi concebido com um enfoque diferente do lote típico urbano e mede meio hectare. Foi escolhida, ainda, uma área de uso comunitário que é formada pela reserva de área destinada a: escola, templo ecumênico, ambulatório, comércio, mercado público, cooperativa, unidade agro-industrial e área verde. Todos os assentados receberam um lote de dez hectares anexo à vila residencial. É importante ressaltar que a grande maioria pratica a agricultura familiar, isto é, mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. Tudo transcorria dentro de certa previsibilidade até que em 16 de março de 1990 o Presidente Fernando Collor de Melo lançou seu programa de estabilização. O Plano Collor tomou medidas duras de enxugamento da máquina estatal como a extinção de autarquias e entre elas a SUDESUL. Logo, ocorreu à paralisação de todo o elenco de obras que estava em andamento gerando, com isto, sérios prejuízos e descréditos na população em relação à atuação

governamental na região. A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) adota algumas medidas para tentar minimizar o prejuízo para a região atingida entre elas: reestruturação e implantação do seu Curso de Agronomia no seio do Projeto Sombrio, junto à ex-Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; realização do Seminário Workshop de Reativação do Projeto Sombrio, coordenado pela UNISUL, em conjunto com a ex-EAFS e o Ministério de Integração Regional - MIR/ SDRA-SC; e um acordo de Cooperação Técnica entre o MIR e UNISUL, para a reativação do Projeto Sombrio para a preservação do acervo Técnico-Científico e administração dos bens patrimoniais pertencentes ao MIR, existentes no âmbito do Projeto. A partir disso, a UNISUL e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio trabalharam em conjunto para, inicialmente, fazer com que a comunidade local voltasse a acreditar no sonho interrompido. As duas instituições, sem medir esforços, labutaram na reativação do projeto. Foram convocadas várias forças institucionais e, também, pessoais para fazer parte da busca de soluções para o recomeço das ações. Depois de montado todo esse aparato de apoio, e aqui vale lembrar a criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIRJAM), que teve como objetivo o agrupamento dos agricultores que já estavam sendo, em parte, beneficiados pela água para a irrigação de suas plantações provenientes da Barragem do Rio Bonito, que já estava concluída, é que novamente recomeçaram algumas obras. Durante a execução das obras citadas, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SDRA, repassou o patrimônio para a COOIRJAM e determinou que a mesma assumisse gradativamente o gerenciamento total das duas barragens com o controle e a distribuição das águas. As ações pararam por aí. Nem a UNISUL e nem o Instituto Federal deram uma continuidade de acompanhamento após a conclusão das obras previstas, e nem o Governo continuou assentando mais trabalhadores rurais sem terra na área. A EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) deu, no começo, uma pequena assistência aos assentados, mas depois também os abandonou. E, passado mais de quinze anos, permanece a indefinição quanto à titulação das terras causando sérios problemas, pois eles não têm acesso a financiamentos, uma vez que não existe documentação oficial das terras. Nesta comunidade foi feito o diagnóstico da realidade em que eles vivem e levantadas as necessidades para uma melhor qualidade de vida. A pesquisa voltou-se para dois grupos distintos das sessenta e seis famílias residentes neste assentamento, ou seja, trinta e sete famílias de agricultores e vinte e nove famílias de não-agricultores. Das trinta e sete famílias de agricultores foram pesquisadas trinta famílias, ou seja, o percentual atingido foi de 81%. Das vinte e nove famílias de não agricultores foram pesquisadas vinte e três famílias, ou seja, o percentual atingido foi de 79,3%. Os dados levantados aparecem na mesma seqüência usada no questionário, qual seja: Identificação dos Agricultores; Identificação dos Não-Agricultores; Características da Comunidade; Época em que se Fixaram no Assentamento; Deslocamento; Moradias; Terras; Primeiros plantios; Acompanhamento Técnico; Atividades ocupacionais da família; A fé; Relacionamentos e Comemorações; Organização Social; Produção; Culturas principais: produção e consumo; Atividade de produção e consumo animal; Meio Ambiente; Educação; Saúde e Melhoramentos.

O quarto capítulo leva como título - A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE -CAMPUS SOMBRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL DOS ASSENTADOS RURAIS DA COMUNIDADE DE VILA NOVA e aponta que das vinte e três famílias de não-agricultores, nove famílias não têm nenhum membro que estuda ou estudou no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. Nas demais quatorze famílias existe, pelo menos um, que estuda ou estudou em um dos três turnos oferecidos pela escola. Com relação aos estudantes temos o seguinte levantamento: onze assentados cursam, ou cursaram, o Curso Técnico em Informática, seis os Cursos Supletivos, quatro o Curso Técnico em Agropecuária,

três o Curso Técnico em Turismo e dois estão na Tele sala - CEJA. Das trinta famílias de agricultores, treze não têm nenhum membro que estuda, ou estudou, no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio. Nas demais dezessete casas, existe pelo menos um familiar que estuda, ou estudou, em um dos três turnos oferecidos pela escola. Dez familiares cursam, ou cursaram, o Supletivo, sete no curso Técnico em Agropecuária, dois no Curso Técnico em Informática e dois na Tele Sala - CEJA. Uma das indagações foi no sentido de averiguar o interesse, da possibilidade, de alguém da família estudar no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio, e a resposta foi de que quarenta e nove famílias gostariam de colocar seus familiares para estudar, enquanto que somente quatro famílias não demonstraram este interesse. Existe, por parte dos moradores de Vila Nova, interesse em estudar no Instituto Federal Catarinense - Campus Sombrio como segue: vinte e quatro interessados querem cursar o Curso Técnico em Informática, dezessete o curso Técnico em Agropecuária, cinco o Supletivo, três Veterinária, dois Agronomia e um nos cursos de Mecanização, Técnico em Turismo, Técnico em Enfermagem e Curso Superior. Aos vinte e quatro candidatos que se mostraram interessados no curso Técnico em Informática o Campus Sombrio não se dedicará para um atendimento diferenciado, uma vez que entende que com este curso estes jovens, em vez de se fixarem às terras, vão fazer parte das estatísticas do êxodo rural; mas existe interesse do Campus em oferecer o curso de Técnico em Agropecuária para os dezessete candidatos que se apresentaram na pesquisa, e para tanto o Departamento de Desenvolvimento de Ensino fará um estudo de viabilidade com o oferecimento de um curso em moldes diferenciados do que se oferece atualmente, para cooperar com a permanência de nossos jovens nas áreas rurais. A última inquirição se referiu ao que cada um espera da Instituição de Ensino vizinha ao assentamento, a que eles responderem: a continuação de melhoria; a oferta de cada vez mais cursos; o apoio aos vilanovenses; a continuação da possibilidade de empregos; o desejo de crescimento, pois assim a Vila Nova também cresce e aí está o futuro dos filhos; a continuidade do oferecimento do ensino de qualidade; a possibilidade de apoio aos filhos que têm dificuldades de aprendizagem; a melhoria de salário e mais reconhecimento aos servidores terceirizados do Instituto, que na sua maioria são moradores do assentamento; a real oportunidade de poder estudar num dos cursos oferecidos; a possibilidade da formação do filho para depois ser docente de tão grandiosa Instituição; e a chance de desenvolver toda a região voltando-se ao apoio social. A instituição também apoiou, desde o ano de 2006 a Tele Sala - Educação de Jovens e Adultos, de 5ª a 8ª série, vinculada diretamente ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA/Araranguá), sendo ele responsável pela certificação. A primeira turma de ensino fundamental - Tele Sala de 2006/2007, iniciou em março de 2006 e concluiu esta etapa em agosto de 2007, e era formada por treze estudantes oriundos do assentamento. A segunda turma do ensino médio - Tele Sala de 2007/2008, iniciou em setembro de 2007 e concluiu esta etapa em dezembro de 2008, e era formada por dezenove estudantes provenientes do assentamento. A terceira turma do ensino fundamental - Tele Sala de 2008/2009, iniciou em setembro de 2008 e se formarão em dezembro de 2009. Esta turma é formada por vinte alunos, sendo que dez são provenientes do assentamento. Foi solicitado por eles, ao Campus Sombrio, um curso de iniciação em informática, uma vez que tinham duas noites em que estavam livres e, pelo menos uma, poderia suprir a necessidade de também terem acesso à informática. Prontamente foi atendido o pedido, pois existia um laboratório completo sem utilização no período noturno. Todos os vinte alunos matriculados na EJA freqüentaram, nas quintas-feiras de noite, o curso de iniciação à informática. O item Melhoramentos relaciona várias carências apontadas no assentamento e o Campus Sombrio já escolheu alguns como oferecimento gratuito de sinal da Internet para quinze famílias e mais dois pontos para a Escola Municipal; o Campus obteve também a liberação de verbas para licitar os projetos de tratamento de água e esgoto. Estes projetos já estão prontos e agora se inicia a luta pela busca de verbas; com referência à oferta de emprego, para as mulheres

vilanovenses, já não se tem tanta facilidade de ação uma vez que é política do próprio governo central aos poucos eliminar os serviços terceirizados. Os responsáveis do setor de olericultura sentiu se desafiado e farão um projeto de confecção e assistência de dez hortas domésticas a cada ano, e que sejam convidados alunos do terceiro ano para que com esta experiência da assistência técnica comecem a apreender sobre a extensão; o Campus Sombrio está oferecendo uma sala para as diversas atividades a que as mulheres se propõem a fazer como: trabalhos de artesanatos, laboratório de corte e costura, local para reuniões e palestras sobre diversos temas entre eles a questão de prevenções; o Campus Sombrio está ciente igualmente que pode ser um bom parceiro para a definitiva busca da titulação das áreas agrícolas e também das áreas urbanas no que se refere à Vila Nova; e por fim o grande objetivo é que o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Catarinense – Campus Sombrio quer começar a derrubar aos poucos as cercas que ainda separam os assentados da comunidade escolar tão perto instalada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. **O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva - Dados básicos para uma avaliação**, 2003
- BATISTA, Eraldo Leme; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante hoje**: alguns princípios e atualidade. In: L. A. Ferraro Júnior (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos**. Pp. 256-266, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- BRASIL. Constituição (1998) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.
- BRASIL. Decreto (2004) **Decreto nº. 5.154**. Brasília, 23 de julho de 2004.
- BRASIL. **Decreto (2005) Decreto nº. 5.478**. Brasília, 24 de junho de 2005.
- BRASIL. **Decreto (2006) Decreto nº. 5.840**. Brasília, 13 de julho de 2006.
- BRASIL. **Lei (1996). Lei nº. 9.394**. Brasília, de 20 de dezembro de 1996-
- BRASIL. **Lei (2008). Lei nº. 11.892**. Brasília, de 29 de dezembro de 2008.
- BRASIL. **Parecer (1997) Parecer/CNE nº. 5**. Brasília, 1997.
- BRASIL. **Parecer (2000) Parecer/CNE nº. 11**. Brasília, 2000
- BRASIL. **Parecer (1997) Parecer/CNE nº. 12**. Brasília, 1997.
- BRASIL. **Portaria (2005) Portaria/MEC nº. 2.080**. Brasília, 13 de junho de 2005.
- BRASIL. **Resolução (2000) Resolução CNE/CEB nº. 1**. Brasília, 2000.
- BRASIL. (2004) **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**, 2004
- BRITTO, Luiz Percival Leme; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Dissertação de Mestrado - A Extensão Rural e os Limites à prática dos extencionistas do serviço público**. Santa Maria, RS. 1991
- CARVALHO, Celso; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.
- COSTA NETO, Canrobert. **Agricultura familiar e renda da terra**. Estudos Sociedade e Agricultura, pp.118-134, 10 de abril, 1998.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. 2006.

_____. **Tópicos básicos para elaboração de uma proposta ,um anteprojeto ou um projeto de pesquisa em educação**. 2007.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante: propostas e projetos**. In C. R. Brandão (org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 20/ago/2008.

IBGE. **Censo Escolar 2002**. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=14>. Acesso em: 30/ago/2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2001.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>. Acesso em: 15/jun/2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local: dimensões econômicas, sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano**. Aracaju, SE, julho de 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, março de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Reproduzido em 8 de outubro de 2008, às 22h10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em 05/nov/2008.

MINUSSI, Luiz Carlos. **Potencial de abelhas nativas polinizadoras para a agricultura intensiva no Município de Santa Rosa do Sul - SC**. Criciúma, SC, 2003.

MONDARDO, Arcângelo; MIELNICZUK, Sérgio. **Aproveitamento hídrico e controle de inundação da bacia do Mampituba**. Disponível em: http://www.sul.sc.com.br/afolha/pag/projeto_lagoa.htm. Acesso em: dezembro de 2007.

NETO, José Leocádio Cabral. **Assentamento de Vila Nova - Santa Rosa do Sul/SC: Estratégias de sobrevivência da pequena produção familiar - um estudo de caso**. Florianópolis, SC, 2001.

PLENCOVICH, Maria Cristina; COSTANTINI, Alejandro O.; BOCCHICCHIO, Ana Maria; VILELLA, Fernando. **Território, educación e identidad local: los avatares de las escuelas agropecuárias**. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL. Disponível em: <http://www.santarosadosul.sc.gov.br>. Acesso em: 22/nov/2008.

RODRIGUES, Baziléia de Nazaré Araújo. **La práctica de extensión rural con agricultores ribereños de la comunidad Monte Sião** (Município de São Domingos do Capim - Pará - Brasil): Un proceso de construcción participativa para el planteamiento de las acciones com la comunidad,

visando el desarrollo local sostenible, com bases en los principios de la Agroecología. Pp. 39-80, Baeza, Jaén, España, Septiembre de 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Desafios para a Extensão Rural**: o “social” na transição agroecológica. - Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. N. 3, v. 3, Porto Alegre, RS, jul/set 2002.

SILVA, Osvaldo Piedade; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.

SUDESUL, Ministério do Interior. **Engenharia Final do Projeto de Assentamento de População - P.A.P.** Relatório do Projeto, v. 1 A, dez. de 1982.

_____. _____. Relatório do Projeto, v.1 D, dez. de 1982.

SOUZA, José dos Santos; et al. **Trabalho e Educação - Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: Editora Praxis, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e Cidadania nos Assentamentos de Reforma Agrária**: Projetos, Possibilidades e Limites. Florianópolis, SC: UDUFSC, 2002.

ANEXO

ANEXO A - Questionário de Coleta de Dados.

UFRRJ
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO DE VILA NOVA

Nome do morador: _____

Atividade principal executada pelo marido: () Lavoura () Empregado () Outro

Nome da esposa: _____

Atividade principal executada pela esposa: () Casa () Lavoura () Empregada
() Outro

Nome dos filhos que moram com a família:

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

6) _____

A) CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE:

- 1) Por que a comunidade se denomina Vila Nova?
- 2) Em que ano você veio para cá?
- 3) Por que você veio para a Vila Nova?
- 4) Quais eram os meios de transporte para a cidade?
- 5) Como foram construídas as primeiras casas?
- 6) Quantos hectares de terra cada assentado recebeu?
- 7) Como eram essas terras?
- 8) O que foi mais plantado no começo?
- 9) Existia um órgão do Governo que os acompanhava no começo?
- 10) O que os homens do assentamento faziam?
- 11) O que as mulheres faziam?
- 12) E as crianças?
- 13) Sempre existiu a energia elétrica?
- 14) Tinha Escola?
- 15) Existia o acompanhamento religioso?
- 16) O que faziam com os seus doentes?
- 17) Como eram as festas e outras comemorações?
- 18) Como foi o relacionamento com os vizinhos?
- 19) Você já conhecia outro assentado antes de serem vizinhos?

B) ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- 1) Formal: Você participa de:
() Sindicatos () Conselhos () Associações
- 2) Informal: Você participa de:
() grupos () outros
- 3) Formas de participação:
() reuniões () assembléias () outros eventos
- 4) Quais as coisas que estão sendo feitas pelo sindicato, conselhos e associações na Vila agora?

5) Que tipo de ajuda a comunidade recebe para desenvolver as suas coisas (ações)?

6) Quem ajuda?

7) Quais são as outras informações importantes que precisam ser ditas com referência à organização social (sindicato, conselhos, associações)?

C) PRODUÇÃO: O que mais você planta?

1) Principais culturas: _____, _____, _____

2) Área plantada de cada cultura principal: _____, _____,

3) Produção por ha de cada cultura principal: _____, _____,

4) Preço recebido pelo produto: _____, _____,

5) Quanto é vendido? _____, _____, _____

6) Quanto é consumido pela família? _____, _____,

7) Atividades produtivas com animais: Quantos animais você tem?

gado _____, ovelhas _____, cabras _____, galinhas _____,
abelhas _____, suínos _____

8) Consumo da família:

gado _____, ovelhas _____, cabras _____, galinhas _____,
abelhas _____, suínos _____

D) MEIO AMBIENTE:

1) Você faz queimadas para preparação das terras?

() sim () não

2) Existem caçadores que invadem a sua propriedade?

() sim () não

3) Você usa agrotóxico na propriedade?

() sim () não

4) Em que lavouras é aplicado o agrotóxico? _____,

5) Qual é a porcentagem de mato que ainda existe em sua propriedade? _____%

E) EDUCAÇÃO:

1) Quantos professores(as) tem na escolinha? _____

2) Até que série ela oferece? _____

3) Número de filhos por série.

() Pré-Escolar () 1ª série () 2ª série () 3ª série () 4ª série

4) Horário de funcionamento da escola:

5) O que se come na merenda escolar?

6) Como funciona o transporte escolar?

F) SAÚDE:

1) No Posto de Saúde existente quantas vezes por semana tem atendimento?
médico _____, enfermeira _____, dentista _____

2) Quais são as enfermidades (doenças) mais constantes?

_____, _____, _____,

3) O Posto oferece medicamentos?

() sim () não

Quais? _____, _____, _____, _____

G) MELHORAMENTOS:

1) Você acredita que existem possibilidades de serem implantadas algumas melhorias na Vila? ()
Sim () Não

Se não, por quê? _____

2) Acreditando nas possibilidades, quais são as melhorias que gostaria de ver implantadas na Vila?

a) _____

- b) _____
- c) _____
- d) _____
- e) _____
- f) _____
- g) _____

3) Quem são, ou deveriam ser, os responsáveis pelas melhorias?

- a) _____
- b) _____
- c) _____

H) ESTUDOS:

a) Alguém da família estudou no Instituto Federal? () Sim () Não
Quem? _____

b) Qual foi o curso?

- () Agropecuária
- () Informática
- () Agroindústria
- () Apicultura
- () Supletivo
- () Outro Qual: _____

c) Se tivesse a possibilidade de continuar a estudar, alguém da família iria estudar no Instituto Federal?

() Sim () Não

Em que curso? _____

d) O que você espera do Instituto Federal?

AGRADECIMENTO: O Prof. Adalberto agradece a cooperação de todos e todas pelas informações prestadas que farão parte de sua dissertação de mestrado com o título: Diagnóstico e Perspectivas de desenvolvimento sócio-educacional dos assentados rurais da comunidade de Vila Nova, Santa Rosa do Sul - SC e a participação do IFECTC - Campus Sombrio. **OBRIGADO.**